



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB**

Departamento de Educação – *Campus X* – Teixeira de Freitas

Colegiado do Curso de História

**ADRIEL SANTOS SILVA**

**DIFUSÃO DE NARRATIVAS PSEUDOCIENTÍFICAS, NEGACIONISTAS E  
REVISIONISTAS NO TECNOCONSERVADORISMO: UM ESTUDO CRÍTICO  
SOBRE O USO DE BIG TECS NO PROCESSO DE DESINFORMAÇÃO PARA A  
COMPREENSÃO DE NOSSA HISTÓRIA**

**TEIXEIRA DE FREITAS**

**2025**

**ADRIEL SANTOS SILVA**

**DIFUSÃO DE NARRATIVAS PSEUDOCIENTÍFICAS, NEGACIONISTAS E  
REVISIONISTAS NO TECNOCONSERVADORISMO: UM ESTUDO CRÍTICO  
SOBRE O USO DE BIG TECS NO PROCESSO DE DESINFORMAÇÃO PARA A  
COMPREENSÃO DE NOSSA HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Departamento de Educação, *Campus X*, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ma Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes

TEIXEIRA DE FREITAS

2025

**ADRIEL SANTOS SILVA**

**DIFUSÃO DE NARRATIVAS PSEUDOCIENTÍFICAS, NEGACIONISTAS E REVISIONISTAS NO TECNOCONSERVADORISMO: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE O USO DE BIG TECS NO PROCESSO DE DESINFORMAÇÃO PARA A COMPREENSÃO DE NOSSA HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Departamento de Educação, *Campus X*, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Aprovada em 01 de dezembro de 2025.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

(Orientadora) Prof<sup>a</sup> Ma Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes

Prof<sup>o</sup> Dr. Benedito de Souza Santos

Prof<sup>a</sup> Ma Marília de Azevedo Alves Brito

## AGRADECIMENTOS

Concluir este Trabalho de Conclusão de Curso é mais do que finalizar uma etapa acadêmica, é reconhecer cada pessoa que caminhou comigo, que acreditou em mim quando eu mesmo duvidei, e que ofereceu apoio, cuidado e amor nos momentos em que mais precisei. Este trabalho existe porque não estive só.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Liliane Maria Fernandes Cordeiro Gomes. Obrigado por me acolher, por confiar no meu potencial e por caminhar ao meu lado com tanto cuidado, paciência e carinho. Você me guiou com firmeza e gentileza. Sou e sempre serei grato pela forma humana e atenciosa com que me orientou. Levarei seus ensinamentos para toda a vida.

À minha mãe, Anaildes Almeida dos Santos, minha maior referência de força e amor. Mulher guerreira, que sempre me cuidou com dedicação, mesmo nos dias mais difíceis. Se algo bom floresce em mim, é porque você plantou. Obrigado por cada gesto, cada palavra, cada noite não dormida. Obrigado por me ensinar o caminho da gentileza. Tudo que sou nasce do seu amor.

Ao meu pai, Edoneu Santos da Silva, agradeço pelo cuidado do seu jeito, pelos conselhos que me ajudaram a crescer e por me ensinar a ser uma pessoa decente. Obrigado por tudo. Espero, de verdade, que este momento lhe traga orgulho.

À minha avó, Maria Almeida dos Santos, meu porto seguro. Obrigado por nunca duvidar de mim, por me amar com tanta intensidade e por me cuidar como se eu fosse alguém precioso. Seu carinho, seu dengo e sua fé em mim foram combustível nos meus dias mais difíceis.

Agradeço também à minha avó Neuza Silva Santos (in memoriam). Mulher trabalhadora, forte e cheia de coragem. Aprendi muito observando sua luta e sua determinação. Guardo seu amor e seu exemplo comigo, e carrego a certeza de que parte da minha força vem de você.

Aos meus irmãos, Elisa Santos Silva, Cristian Santos Silva e Maria Lis Almeida Franco, obrigado pelo apoio, pelo cuidado e por fazerem parte da minha base emocional. Cada palavra de incentivo de vocês teve importância.

Ao meu melhor amigo, Iuri Batista Ribeiro, meu coração se enche de gratidão ao lembrar do seu apoio constante. Obrigado por me incentivar quando eu pensava em desistir, por cuidar de mim e por me lembrar do meu valor. Sua amizade é um presente.

Agradeço a Hugo Alves Barbosa, pela presença firme, pelo companheirismo e por nunca me deixar sentir sozinho nessa caminhada.

Agradeço a Emanuelle Souza Brizon, que me mostrou que este sonho era possível. Obrigado por ter caminhado comigo por parte desta jornada, por acreditar em mim e por ter me incentivado quando eu mais precisava. Sem você, nada disso teria acontecido da forma que aconteceu.

Ao meu colega de classe, Diego Silva Pinto, agradeço pela parceria, pela ajuda constante e por dividir comigo os desafios dessa trajetória. Sua presença fez diferença.

Agradeço também a Nicolle Gangá dos Santos, por cada palavra de incentivo ao longo do caminho.

Agradeço também à minha prima, Stephany Souza Silva, por cada palavra de incentivo, por torcer por mim com sinceridade e por sempre demonstrar orgulho do meu esforço. Sua presença, mesmo nos pequenos gestos, fez diferença nos meus dias. Obrigado por acreditar em mim e por me lembrar que eu não estava sozinho.

Aos professores e professoras do colegiado de História, deixo minha gratidão pela dedicação, pelo trabalho excepcional, pela sensibilidade ao ensinar e por terem me permitido enxergar além do óbvio. Vocês transformaram minha forma de entender o mundo.

À Universidade do Estado da Bahia – UNEB, agradeço pelas oportunidades, pelo investimento e por oferecer uma estrutura de qualidade que tornou este percurso possível. Esta instituição mudou minha vida e me abriu portas que eu jamais imaginei atravessar.

Encerrar estes agradecimentos é difícil, porque o que sinto é maior do que qualquer palavra. Cada pessoa citada aqui está dentro de mim, no estudante que me tornei, no profissional que quero ser e no ser humano que sigo construindo. Este trabalho é meu, mas também é de vocês. Obrigado por tudo.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar criticamente o papel das plataformas digitais na difusão de narrativas pseudocientíficas, negacionistas e revisionistas associadas ao tecnoconservadorismo, buscando compreender seus impactos na formação da consciência histórica e na percepção pública da História. O problema de pesquisa parte da constatação de que as redes sociais, ao operarem sob a lógica dos algoritmos e da economia da atenção, favorecem a circulação de desinformação com forte apelo emocional e ideológico. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter majoritariamente bibliográfico, fundamentando-se em autores como Le Goff (1990), Hui (2020), Rosa et al. (2024), Gomes e Zamora (2024), entre outros, que contribuíram para a reflexão sobre o negacionismo, o revisionismo e o papel da tecnologia na construção de sentidos históricos. Bem como da análise de discurso sobre fontes digitais. Os resultados apontam que a cultura digital cria um ambiente propício à manipulação de fatos e à consolidação de discursos tecnoconservadores, que enfraquecem a confiança na ciência e na produção acadêmica. Conclui-se que o ensino de História desempenha papel essencial no enfrentamento da desinformação, ao estimular o pensamento crítico, a análise de fontes e a valorização da memória histórica. O estudo busca contribuir, assim, para o debate sobre os desafios da educação e da historiografia em tempos de pós-verdade e cultura algorítmica.

**Palavras-chave:** História; Negacionismo; Tecnoconservadorismo; Revisionismo; Pós-verdade.

## ABSTRACT

This study offers a critical analysis of how digital platforms spread pseudoscientific, denialist, and revisionist narratives linked to technoconservatism. It examines how these narratives affect historical consciousness and shape public perceptions of History. The research starts from the idea that social media, driven by algorithms and the attention economy, amplifies emotionally and ideologically charged misinformation. The study is mainly bibliographic and uses authors such as Le Goff (1990), Hui (2020), Rosa et al. (2024), and Gomes and Zamora (2024) to discuss denialism, revisionism, and the role of technology in the production of historical meaning. It also includes discourse analysis of digital sources. The results show that digital culture creates a favorable environment for the manipulation of facts and for the rise of technoconservative discourses that weaken trust in science and academic production. The study concludes that History teaching is essential to confront misinformation by promoting critical thinking, source analysis, and the appreciation of historical memory. This research seeks to contribute to the debate on the challenges faced by education and historiography in a context marked by post-truth and algorithmic culture.

**Keywords:** History; Denialism; Technoconservatism; Revisionism; Post-truth.

## LISTA DE ABREVIATURAS

Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Fapesp	Fundação de Amparo à pesquisa
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
JK	Juscelino Kubitschek
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários, além de outras identidades incluídas pelo sinal de “mais”
PBC	Partido Comunista Brasileiro
PIS	Partido Nacional Conservador
PL	Partido Liberal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	Serviço Nacional de Informações

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comentário 1 .....	61
Figura 2 – Comentário 2 .....	61
Figura 3 – Comentário 3 .....	62
Figura 4 – Comentário 4 .....	62
Figura 5 – Comentário 5 .....	63

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	10
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 - O NEGACIONISMO E AS NARRATIVAS PSEUDOCIENTÍFICAS NAS REDES SOCIAIS.....	14
<b>1.1 Definições e características do negacionismo .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 revisionismo histórico: quando a História é distorcida ....</b>	<b>28</b>
CAPÍTULO 2 - A ASCENSÃO DA DIREITA E A INTERNET COMO ESPAÇO DE BOLHAS DIGITAIS .....	33
<b>2.1 O surgimento do tecnoconservadorismo .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2 A economia da atenção e a lógica algorítmica.....</b>	<b>37</b>
<b>2.3 O impacto na formação de bolhas informacionais.....</b>	<b>42</b>
CAPÍTULO 3 - A ERA DA PÓS-VERDADE .....	48
<b>3.1 O que é a Pós-Verdade.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 A Pós-Verdade e o Conhecimento Histórico .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3 A Desinformação e as Pseudoverdades Históricas.....</b>	<b>59</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	78
REFERÊNCIAS .....	80

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais transformaram profundamente a forma como as pessoas consomem e compartilham informações. Dentro desse cenário, surgiram fenômenos preocupantes que envolvem a difusão de narrativas pseudocientíficas, negacionistas e revisionistas, capazes de distorcer fatos históricos, manipular percepções e enfraquecer a confiança na ciência e no conhecimento acadêmico. O ambiente digital, tem se mostrado um terreno fértil para esse tipo de desinformação, que se propaga em alta velocidade e com grande poder de alcance, muitas vezes mascarada sob o discurso de liberdade de expressão.

O enfrentamento do tema desta pesquisa, “difusão de narrativas pseudocientíficas, negacionistas e revisionistas no tecnoconservadorismo: um estudo crítico sobre o uso de big techs no processo de desinformação para a compreensão de nossa história”, nasce da necessidade de compreender como o ambiente digital, movido por algoritmos<sup>1</sup> e pela economia da atenção<sup>2</sup>, tem colaborado para o fortalecimento de discursos que negam ou distorcem a História. Como veremos no decorrer do texto essas narrativas não surgem isoladas, elas se inserem em um contexto político e cultural mais amplo, em que o tecnoconservadorismo<sup>3</sup> se apresenta como um fenômeno contemporâneo de articulação entre tecnologia, ideologia e poder.

O problema de pesquisa que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira, “como as plataformas digitais, a partir da lógica algorítmica e da economia da atenção, contribuem para a difusão de narrativas pseudocientíficas, negacionistas e revisionistas associadas ao tecnoconservadorismo e quais os impactos disso para a compreensão da nossa História?”

---

<sup>1</sup> Nas redes sociais, algoritmos são sistemas que analisam o comportamento dos usuários para decidir quais conteúdos serão exibidos. Eles organizam o feed de forma personalizada, priorizando o que gera mais engajamento e podendo incluir conteúdos patrocinados ou ajustados pela própria plataforma. Por funcionarem como uma “caixa-preta”, seus critérios não são totalmente transparentes, o que influencia a formação de bolhas informacionais e molda a experiência de cada usuário.

<sup>2</sup> A economia da atenção é o modelo no qual a atenção humana se torna um recurso escasso e valioso, tratado como mercadoria pelas plataformas digitais. Nesse sistema, empresas de tecnologia disputam o tempo do usuário por meio de algoritmos que coletam dados, identificam padrões e ajustam conteúdos para manter as pessoas conectadas. Assim, a atenção passa a ser capturada, medida e monetizada, sustentando os modelos de negócio das grandes plataformas e influenciando comportamentos, escolhas e práticas sociais no ambiente digital.

<sup>3</sup> O tecnoconservadorismo é uma corrente do conservadorismo que combina valores tradicionais, como família, moral e religião, com ideias neoliberais ligadas ao mercado. Ele se apoia fortemente em estratégias digitais, usando influenciadores, redes sociais e análise de dados para ampliar seu alcance, mobilizar seguidores e combater o que considera “globalismo”. Nesse processo, muitas vezes recorre a discursos polarizadores e práticas de desinformação para fortalecer suas pautas no ambiente digital.

O objetivo geral é analisar de forma crítica o papel de plataformas digitais na disseminação de desinformação historiográfica e no fortalecimento de discursos tecnoconservadores.

Em relação aos objetivos específicos, pretende-se investigar como o negacionismo e o revisionismo se manifestam no ambiente digital; discutir a relação entre o tecnoconservadorismo e a formação de bolhas informacionais nas redes sociais; refletir sobre os impactos da era da pós-verdade na percepção social da História e no combate à desinformação.

A justificativa desta pesquisa está na urgência de compreender e enfrentar o avanço da desinformação no campo historiográfico, especialmente em tempos em que as redes sociais se tornaram uma das principais fontes de conhecimento para grande parte da população. A banalização de discursos falsos e manipulados ameaça não apenas a ciência, mas também a própria noção de verdade e memória histórica. Discutir esse tema é, portanto uma forma de valorizar o papel do ensino de História como instrumento de formação crítica e de resistência à manipulação ideológica.

Na elaboração desta pesquisa, o entrelaçamento de textos da área da História com uma tímida aproximação da Psicologia foi fundamental para aprofundar a análise, especialmente ao articular os diferentes mecanismos que sustentam as narrativas negacionistas. Os estudos de Gomes e Zamora (2024) foram essenciais para compreender o conceito de negacionismo, que vai além da simples negação dos fatos, envolvendo mecanismos psicológicos e sociais complexos. As reflexões de Butzen (2024) ajudaram a distinguir o revisionismo histórico sério daquele que serve a interesses ideológicos, reforçando o perigo da manipulação da memória coletiva. As ideias de Le Goff (1990) também contribuíram para pensar a História como um campo em constante transformação, aberto a novas leituras, mas que não pode ser concebido de forma irresponsável. Além desses, autores como Passos (2021), Toscano (2020) e Rosa et al. (2024) ampliaram o debate sobre o revisionismo e a ascensão do conservadorismo digital, enquanto Hui (2020) e Faria (2023) auxiliaram na compreensão das dinâmicas da economia da atenção e da tecnodiversidade no contexto contemporâneo.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia de caráter bibliográfico, que segundo Cavalcante e Oliveira (2020), é essencial porque permite reunir, analisar e interpretar diferentes perspectivas teóricas sobre um mesmo fenômeno, sem a necessidade de coleta direta de dados

empíricos. Essa abordagem possibilita compreender a difusão das narrativas negacionistas e pseudocientíficas de forma mais ampla, relacionando-as a processos históricos, culturais, psicológicos e tecnológicos.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo intitulado O Negacionismo e as Narrativas Pseudocientíficas nas Redes Sociais, pretende discutir o negacionismo e o revisionismo histórico, apresentando suas definições, características e implicações na produção do conhecimento científico e historiográfico. O segundo capítulo, A Ascensão da Direita e a Internet como Espaço de Bolhas Digitais, aborda a ascensão da direita e o surgimento do tecnoservadorismo, analisando a lógica da economia da atenção, o papel dos algoritmos e o impacto das bolhas informacionais na formação de comunidades digitais fechadas. Já o terceiro capítulo, A Era da Pós-Verdade, reflete sobre a chamada 'Pós-Verdade', mostrando como a emoção e a crença pessoal têm se sobreposto aos fatos e contribuído para a consolidação da desinformação historiográfica. Além disso, buscaremos levantar contribuições acerca do papel do historiador e da historiadora na luta contra o negacionismo e a pós-verdade, destacando sua responsabilidade ética e social na defesa do conhecimento histórico fundamentado em evidências e na promoção do pensamento crítico.

Por fim, nas considerações, são apresentadas algumas reflexões sobre a importância da História, enquanto disciplina escolar e campo científico, que pode atuar de forma crítica diante de narrativas distorcidas e de discursos pseudocientíficos que circulam nas redes. Espera-se, assim, minimamente, contribuir para o fortalecimento de um olhar crítico sobre a cultura digital que impacta a nossa sociedade.

## CAPÍTULO 1 - O NEGACIONISMO E AS NARRATIVAS PSEUDOCIENTÍFICAS NAS REDES SOCIAIS

### 1.1 Definições e características do negacionismo<sup>4</sup>

Segundo as considerações das autoras Sally Ramos Gomes e Maria Helena Zamora no artigo (2024) o negacionismo é um fenômeno complexo que vai muito além de um simplesmente “não acreditar” em algo. Ele está relacionado a mecanismos psicológicos e sociais que atuam tanto no nível individual quanto no coletivo. Para entender o negacionismo científico, ou seja, quando grupos de pessoas compartilham crenças erradas sobre fatos comprovados pela ciência, é importante, antes de tudo, olhar para o que acontece dentro da mente de uma pessoa que nega algo.

A negação mais simples é quando a pessoa nega algo que realmente não existe ou não aconteceu. Nesse caso, a negação faz sentido e está correta. Mas existe também a negação consciente, onde a pessoa sabe que o fato aconteceu ou existe, mas finge que não sabe para evitar lidar com as consequências. Isso já se aproxima de uma mentira deliberada. No entanto, entre esses dois extremos, há situações mais sutis, em que a pessoa até tem alguma noção do fato, mas prefere não encará-lo de frente, porque a informação gera desconforto ou mexe com sentimentos difíceis. As autoras destacam que “A inconveniência da informação e os efeitos negativos provocados por ela alimentam uma condição psicológica particular: ainda que se tenha acesso à realidade ou a partes dela, busca-se ignorá-la.” (Gomes e Zamora, 2024, p. 3 - 4). Percebemos que esse tipo de negação não é totalmente consciente, é como se a pessoa decidisse, mesmo sem perceber, “não quero saber”.

O sociólogo Stanley Cohen fala sobre três tipos principais de negação: a literal, quando se nega completamente a existência de um fato; a interpretativa, quando o fato é aceito, mas seu significado é distorcido, muitas vezes com eufemismos ou justificativas que o minimizam; e a implicatória, quando se reconhece o que aconteceu, mas se evita qualquer responsabilidade sobre isso. Um exemplo disso seria alguém que admite que houve desmatamento, mas não se sente responsável por nada ou acha que isso “não é tão grave assim”. Outro comportamento

---

<sup>4</sup>As reflexões apresentadas neste trecho foram elaboradas a partir da nota de leitura realizada sobre o artigo “*Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas*”, de Sally Ramos Gomes e Maria Helena Zamora (2024). As autoras oferecem uma análise ampla e consistente acerca do tema, motivo pelo qual suas considerações foram incorporadas neste trabalho por sua relevância teórica e clareza conceitual.

parecido é a chamada ignorância estratégica, quando alguém evita buscar informações para não ter que lidar com as consequências de seus atos, isso é comum em situações de corrupção, injustiças ou comportamentos que prejudicam outras pessoas.

A psicanálise também ajuda a entender a negação, explicando que ela pode funcionar como um mecanismo de defesa do ego. Freud em seus escritos publicados entre (1923-1935) relata que, às vezes, certos pensamentos ou sentimentos desconfortáveis até conseguem chegar à consciência, mas apenas se forem negados. Ou seja, a pessoa sente algo, mas imediatamente diz para si mesma que aquilo “não é verdade”, como uma forma de se proteger emocionalmente.

Como é tarefa da função intelectual do juízo confirmar ou negar os conteúdos dos pensamentos, as observações precedentes nos levam à origem psicológica dessa função. Negar algo num juízo é dizer, no fundo: “Isso é algo que eu gostaria de reprimir”. O juízo negativo é o substituto intelectual da repressão, seu “Não” é um sinal distintivo, seu certificado de origem, como “Made in Germany”, digamos. Através do símbolo da negação, o pensamento se livra das limitações da repressão e se enriquece de conteúdos de que não pode prescindir para o seu funcionamento (Freud, 2011, p. 251).

Esse tipo de negação aparece também em casos graves, como pessoas que negam que possuem uma doença, mesmo depois de um diagnóstico. Segundo Gomes e Zamora (2024) há relatos de pessoas com HIV que não acreditavam estar doentes e, por isso, colocavam outras em risco ao não se tratarem ou não usarem proteção. Isso acontece porque, ao não aceitarem o diagnóstico, elas acabam agindo como se nada tivesse acontecido, deixando de tomar os remédios e de se cuidar. Com isso, o vírus continua se espalhando mais facilmente e a própria saúde da pessoa piora. Esse tipo de negação, é chamada de negação maligna, nesse caso, a negação deixa de ser uma forma de se proteger emocionalmente e passa a colocar a si mesmo e a outras pessoas em perigo também.

É importante lembrar que negação não é a mesma coisa que otimismo. Ter pensamentos positivos e acreditar que as coisas vão dar certo pode ser saudável. O problema é quando esse otimismo se torna irreal, ignorando completamente as evidências. A pessoa passa a acreditar em algo que deseja muito, mesmo quando todos os sinais indicam o contrário. Isso é o que chamamos de ilusão positiva. Essas ilusões, quando moderadas, até ajudam a enfrentar o estresse e proteger o bem-estar emocional. Mas, quando vão contra tudo o que a realidade mostra, passam a ser uma forma de negação.

A negação envolve tanto o pensamento quanto as emoções e o comportamento<sup>5</sup>. A pessoa pode se recusar a aceitar fatos bem comprovados, afastar-se emocionalmente do impacto que esses fatos causariam, se eximir de responsabilidades éticas e até deixar de agir quando necessário. Por isso, entender o negacionismo é entender como funciona a nossa forma de lidar com o mundo e com aquilo que não queremos aceitar.

Por fim, faz-se necessário diferenciar a negação de transtornos mentais. Existem doenças, como a esquizofrenia, ou lesões no cérebro, que fazem a pessoa ter crenças totalmente desconectadas da realidade. Isso não é negacionismo. O negacionismo é um comportamento racional (ainda que distorcido), usado para proteger crenças pessoais e ideologias. Como diz o neurologista Robert A. Burton (2017), até mesmo essa sensação de “certeza” que temos sobre alguma coisa pode não ser tão racional quanto pensamos, ela vem de processos involuntários do cérebro, parecidos com o amor ou a raiva.

Por sua vez, o negacionismo, seja histórico ou científico, vai muito além de uma simples discordância ou dúvida. Ele nasce de mecanismos psicológicos e sociais que fazem com que grupos ou indivíduos rejeitem verdades comprovadas, muitas vezes por estarem emocionalmente ligados a certas crenças ou ideologias. Ao invés de apenas refletir uma opinião diferente, o negacionismo é marcado por uma recusa persistente em aceitar fatos amplamente comprovados, mesmo diante de evidências sólidas.

Assim, o negacionismo não é só falta de informação ou ignorância. Muitas vezes, é uma escolha emocional e ideológica de rejeitar certas verdades para proteger a própria visão de mundo. E, quando essa escolha se espalha entre grupos, reforçada pelas redes sociais e por discursos de autoridade, ela se transforma em um movimento perigoso, que pode afetar a saúde pública, a democracia e a convivência social.

No caso do negacionismo histórico, um dos exemplos mais emblemáticos é o dos grupos que negam o Holocausto. Esses grupos, que se autodenominavam revisionistas, diziam estar apenas reavaliando os fatos da Segunda Guerra Mundial, mas, na prática, o que faziam era tentar apagar ou distorcer registros históricos muito bem documentados, como o extermínio de milhões de judeus pelo regime nazista. Essa tentativa de “revisão” não vinha acompanhada de novas

---

<sup>5</sup> As emoções dizem respeito às respostas internas que a pessoa experimenta diante de um fato, como medo, raiva, ansiedade ou desconforto. Já o comportamento refere-se às ações externas que ela adota a partir dessas emoções, como evitar uma informação, não participar de uma discussão ou recusar medidas necessárias. Enquanto as emoções são experiências internas e subjetivas, o comportamento é a manifestação observável dessas emoções no mundo social.

descobertas ou provas confiáveis, mas sim de manipulação de dados e até falsificação de documentos. O objetivo real era aliviar a culpa atribuída aos nazistas, como se os crimes cometidos pudessem ser justificados ou simplesmente negados. Segundo o *The Guardian*, em 2006, o historiador britânico David Irving foi condenado na Áustria a três anos de prisão por negar publicamente o Holocausto em discursos feitos em 1989.

No julgamento, ele admitiu ter negado a existência das câmaras de gás e minimizado os crimes nazistas, mas afirmou ter mudado de opinião após consultar novos documentos, incluindo arquivos de Adolf Eichmann. A promotoria considerou essa mudança apenas uma estratégia para evitar uma pena maior, já que Irving era visto como referência para grupos neonazistas. A Áustria tem leis severas contra a negação do Holocausto, com penas que podem chegar a 10 anos. Irving já tinha outras condenações por declarações negacionistas e havia perdido um processo por difamação em 2000, quando um tribunal britânico concluiu que ele era negador ativo do Holocausto, antissemita e racista. Preso desde novembro de 2005, ele aguardou o julgamento na prisão e recebeu apoio de simpatizantes, em fevereiro de 2006, foi condenado a três anos de prisão por negar o Holocausto. Após cumprir 13 meses de sua sentença, ele recebeu liberdade condicional ao longo da carreira, Irving tentou minimizar o genocídio dos judeus, afirmando que muitas vítimas morreram de doenças e não por assassinato sistemático, uma narrativa rejeitada pela comunidade histórica e pelos tribunais.

Já o negacionismo científico como exemplificado por Gomes e Zamora (2024), funciona de forma parecida, mas dentro do campo das ciências naturais e da saúde. Ele acontece quando, mesmo diante de provas científicas consolidadas, como dados sobre mudanças climáticas, eficácia de vacinas ou a origem de pandemias, algumas pessoas ou grupos escolhem ignorar ou rejeitar essas evidências. Muitas vezes, essa rejeição não é racional, mas emocional. A pessoa não quer aceitar uma informação porque ela mexe com sua visão de mundo, suas crenças religiosas, políticas ou até seus interesses econômicos. Nesse caso, ela pode criar justificativas que parecem lógicas, mas que não se sustentam quando confrontadas com os dados reais.

O que torna o negacionismo tão resistente é justamente o seu fundo emocional. A ciência trabalha com dúvidas e revisões constantes, mas sempre com base em provas. Já o negacionismo se fecha a qualquer tipo de revisão quando essa revisão ameaça aquilo que a pessoa quer acreditar. Essa resistência pode ser reforçada por líderes carismáticos, por discursos simplistas que prometem explicações fáceis para problemas complexos e por um sentimento de desconfiança em relação à ciência e às instituições.

Por isso, o negacionismo também pode parecer uma espécie de “seita<sup>6</sup>”. Ele costuma reunir pessoas que compartilham não só uma crença, mas também uma postura de rejeição ao debate aberto. Existe uma tendência ao extremismo, à negação de qualquer fato que vá contra o grupo e à criação de teorias da conspiração para desacreditar cientistas, jornalistas ou historiadores. Tanto o negacionismo histórico quanto o científico se baseiam em um tipo de cegueira seletiva. As pessoas negam não porque não tenham acesso à informação, mas porque preferem não vê-la. Essa negação, muitas vezes, serve como um escudo para proteger a identidade do indivíduo ou do grupo ao qual ele pertence. E mesmo quando argumentos lógicos são apresentados, se a crença estiver ligada a emoções fortes, dificilmente a pessoa mudará de ideia. Ao contrário: ela pode se fechar ainda mais. Por isso, combater o negacionismo exige, além de informação correta, empatia, paciência e estratégias que levem em conta esse lado humano da resistência à verdade.

Observamos que muitas vezes, quando se fala em negacionismo científico, surgem confusões que dificultam entender o que realmente está em jogo. Gomes e Zamora (2024) reforçam a importância de deixar evidente que questionar a ciência não é um problema, muito pelo contrário. A crítica é parte essencial do avanço do conhecimento. A ciência sempre foi construída com base em dúvidas, revisões e correções. O verdadeiro problema aparece quando essas críticas se baseiam em informações distorcidas, argumentos fracos ou mesmo em teorias conspiratórias, e não em uma busca honesta pela verdade.

Confundimos questionar uma pesquisa específica com negar toda a ciência. Isso é um erro. Existe uma diferença enorme entre apontar que um estudo foi mal conduzido, com metodologia frágil, e desacreditar completamente o trabalho de milhares de cientistas sérios ao redor do mundo. Uma das razões para essa confusão é a dificuldade de comunicação entre os cientistas e o público em geral. Muitas vezes, a linguagem usada por alguns cientistas é complicada demais, ou a explicação dos métodos e resultados não é devidamente acessível às pessoas. Isso abre espaço para interpretações erradas e para o crescimento da desconfiança.

---

<sup>6</sup> Segundo o Dicio – Dicionário Online de Português, Seita é um substantivo feminino: Doutrina que, propagada por um grande número de pessoas, se afasta ou diverge de certa forma de outra doutrina principal. Grupo de pessoas que adota uma doutrina diferente das demais.

[Religião] Grupo religioso dissidente que deixa de participar de uma religião por não concordar com suas normas e objetivos. [Popular] Grupo com uma organização própria, geralmente restrito e fechado, que se une por ideias, ideologias, opiniões e comportamentos semelhantes; facção, bando. Etimologia (origem da palavra seita). A palavra seita tem sua origem no latim, “secta, ae”, e significa “partido, causa”.

É aí que entra o chamado "paradoxo da comunicação científica". Segundo Gomes e Zamora (2024), nunca tivemos tanto acesso a dados e informações sobre como lidar com os problemas do mundo, como mudanças climáticas, pandemias, doenças e, ao mesmo tempo, nunca vimos tamanha dúvida daquilo que a ciência já comprovou. Esse paradoxo mostra como é difícil fazer com que o conhecimento científico seja compreendido e aceito por todos.

Para tentar resolver esse problema, surgiu uma área chamada "ciência da comunicação científica", que tem como objetivo justamente melhorar essa ponte entre os cientistas e o público. Pesquisadores dessa área estudam como tornar a ciência mais acessível, mais compreensível e menos distante da realidade das pessoas.

Mas também não dá para ignorar que a ciência é feita por seres humanos. Cientistas têm suas opiniões, emoções, falhas e até, em alguns casos, má fé. A história tem vários exemplos de erros sérios e até crimes cometidos em nome da ciência, como o caso da talidomida, que causou deformações em bebês nos anos 50 e 60, ou os experimentos desumanos em pessoas negras com sífilis nos Estados Unidos, sem tratamento, apenas para “ver o que acontecia”. Esses casos ajudam a entender por que algumas pessoas desconfiam da ciência, e com razão. Eles mostram que é sim necessário criticar, investigar e fiscalizar a prática científica.

[...] Os exemplos de fraudes, erros e crimes cometidos pela ciência ao longo da história são abundantes. A defesa do uso da talidomida nos anos 1950 e 1960, apontada como solução para as náuseas da gravidez, levou milhares de bebês a nascerem deformados; o experimento de Tuskegee, em que homens negros com sífilis foram usados como cobaias para que os cientistas pudessem estudar o progresso natural da doença; as atrocidades cometidas por Josef Mengele durante o nazismo; a eugenia e o racismo científico com graves consequências para populações inteiras; diversas práticas de charlatanismo na ciência [...] (Gomes e Zamora, 2024, p. 4.)

Por outro lado, reconhecer essas falhas não pode ser motivo para jogar tudo no lixo. A ciência não é perfeita, mas entendemos que ela é o melhor caminho que temos para entender o mundo com base em evidências e não em achismos. E é justamente essa característica, a de estar sempre aberta à revisão, à mudança e à correção, que torna a ciência tão valiosa.

O problema do negacionismo é que ele acontece mesmo quando as evidências são contundentes e bem fundamentadas. A negação não parte de uma dúvida legítima ou de um erro a ser corrigido, mas sim de uma rejeição deliberada daquilo que já foi demonstrado. Por isso, ensinar ciência de forma crítica e acessível é fundamental. É preciso formar cidadãos que saibam como

o conhecimento é produzido, como ele pode mudar com novas descobertas, e como separar uma boa evidência de uma *fake news*. Mais do que decorar fórmulas ou nomes difíceis, é importante entender o funcionamento da ciência como um processo humano, cuidadoso, mas imperfeito.

É natural, e saudável, questionar a ciência. O problema começa quando esse questionamento vira rejeição sem base, quando as críticas se apoiam em desinformação ou interesses ideológicos. A educação tem um papel central em ajudar as pessoas a enxergarem essa diferença e a construírem uma relação mais crítica, mas também mais justa com o conhecimento científico.

### **Negacionismo e Ceticismo: qual a diferença e por que isso importa?**

Quando a ciência apresenta descobertas que incomodam ou ameaçam certos interesses, sejam eles econômicos, políticos ou culturais, nem sempre a reação é positiva. Muitas vezes, em vez de refletir sobre os dados apresentados, a resposta de algumas pessoas ou grupos é simplesmente negar o que foi descoberto. Isso acontece muito quando as evidências científicas vão contra estilos de vida, crenças pessoais ou os lucros de grandes empresas. Um exemplo disso é a negação das mudanças climáticas ou dos efeitos do cigarro, mesmo diante de inúmeras pesquisas confiáveis. E, para tornar essa negação mais “aceitável”, ela costuma ser mascarada com outro nome: ceticismo.

Mas é justamente aí que mora o problema. Embora, à primeira vista, pareçam parecidos, ceticismo e negacionismo não são a mesma coisa. Entender essa diferença é fundamental para saber o que é uma dúvida saudável e o que é uma rejeição injustificada das evidências.

O ceticismo verdadeiro é, na prática, um dos pilares da ciência. Ser cético significa duvidar de uma ideia até que existam boas evidências para sustentá-la. Foi essa postura, por exemplo, que permitiu à ciência evoluir: questionar, testar, errar, corrigir, testar de novo e, então, chegar a conclusões mais sólidas. O cético não aceita qualquer coisa de forma cega, mas está disposto a mudar de opinião quando surgem provas consistentes.

Já o negacionista age de outra forma: ele duvida mesmo quando todas as evidências estão ali, evidentes. Como dito anteriormente ele não questiona por falta de dados, mas porque as provas contrariam algo que ele acredita ou defende. E, por isso, ele rejeita essas informações, muitas vezes de maneira teimosa e até agressiva, sem se abrir ao debate ou à revisão das ideias. Em

vez de construir argumentos a partir das evidências, o negacionista escolhe negar tudo que não lhe agrada. Enquanto o cético é movido pela curiosidade e pela busca honesta pela verdade, o negacionista está preso a suas certezas, mesmo quando elas não fazem mais sentido diante dos fatos. Essa postura é fechada ao diálogo, ao contrário da ciência, que está sempre aberta a mudar com base em novas descobertas.

Além disso, o ceticismo ajuda a evitar os extremos do pensamento dogmático, ou seja, aquela ideia de que só existe uma verdade absoluta e que todo o resto está errado. Questionar é importante para desenvolver o pensamento crítico, entender melhor o mundo e tomar decisões mais conscientes. Mas é preciso saber a hora de parar de duvidar e aceitar quando as evidências são fortes o suficiente. Já o negacionismo costuma ser seletivo. Ele aparece principalmente quando a verdade científica entra em conflito com os interesses de quem está negando. Ou seja, a dúvida do negacionista não é fruto de uma análise cuidadosa, mas de uma tentativa de proteger certas crenças, ideologias ou vantagens.

Gomes e Zamora (2024), afirmam que o ceticismo é saudável, é parte da ciência e deve ser incentivado. Ele nos convida a pensar, refletir e buscar respostas melhores. O negacionismo, por outro lado, é prejudicial porque bloqueia o diálogo, ignora as evidências e espalha desinformação. Saber distinguir uma postura da outra é essencial, especialmente em tempos onde as *fake news* e os ataques à ciência estão cada vez mais comuns.

### **Diferenças entre Negacionismo x Pseudociência**

Quando falamos de ciência, muitas vezes surgem outras formas de conhecimento que tentam se parecer com ela, mas que na verdade não têm base em evidências reais. É aí que entram as pseudociências. Ao mesmo tempo, temos o negacionismo científico, que também anda lado a lado com esses discursos, principalmente quando eles ganham força nas redes sociais ou em debates públicos. Mas apesar de estarem próximos, negacionismo e pseudociência não são a mesma coisa. Entender essa diferença é importante porque pode nos ajudar a reconhecer quando algo busca se vender como verdadeiro de quando realmente é. Isso pode evitar confusões, enganos e até problemas que nascem da desinformação.

A pseudociência se parece com a ciência, mas só na aparência. Ela não segue o método científico, não se baseia em testes, experimentos ou em revisões sérias feitas por outros cientistas. Um exemplo bem conhecido é a astrologia: ela propõe que os astros influenciam diretamente quem somos, nosso comportamento e até nosso destino. Embora pareça algo bem

elaborado, com termos técnicos e gráficos chamativos, ela não é comprovada cientificamente. Ou seja, é uma crença construída a partir de ligações que, na prática, não se sustentam com evidências reais.

A astrologia é um exemplo de pseudociência e de erro cognitivo do tipo 1: conexões entre os astros e a personalidade humana levam a uma interpretação pseudocientífica da realidade, isto é, não testadas ou comprovadas pelo método científico. A crença em teorias conspiratórias ou a acusação de um inocente sem provas também são exemplos de falso alarme (Gomes e Zamora, 2024, p. 9)

Já o negacionismo científico acontece quando uma pessoa ou grupo rejeita uma verdade comprovada, mesmo que haja inúmeras provas mostrando que aquilo é real. Um exemplo claro disso foi durante a pandemia de COVID-19. Mesmo com hospitais lotados, milhares de mortes diárias e alertas da comunidade médica, muitas pessoas, inclusive autoridades, continuaram dizendo que era tudo exagero da mídia, ou até uma invenção. Isso mostra como o negacionismo funciona: ele nega aquilo que já foi mais do que provado, geralmente porque a verdade incomoda, ameaça certos interesses ou simplesmente não combina com as crenças de quem está negando.

As autoras Gosmes e Zamora (2024) evidenciam que a psicologia ajuda a entender melhor esses dois comportamentos através dos chamados erros cognitivos, que são falhas na forma como percebemos ou interpretamos a realidade. Existem dois tipos principais:

O erro do tipo 1 ocorre quando uma pessoa percebe um padrão que não existe e cria uma conexão falsa. O indivíduo “percebe o que não existe” quando o cérebro tenta completar coisas que não estão lá. Ele faz isso o tempo todo para tentar dar sentido ao mundo, mas às vezes acaba exagerando. É quando a mente enxerga padrão onde só existe coincidência. Você vê duas coisas acontecendo perto uma da outra e já imagina que estão conectadas, mesmo sem prova. Isso acontece porque o cérebro prefere uma explicação qualquer do que ficar sem resposta. Então ele junta peças soltas, cria histórias rápidas e faz você acreditar que descobriu algo importante. É desse impulso que nascem ideias como astrologia, sinais ocultos, mensagens escondidas e outras interpretações que parecem fazer sentido, mas não se sustentam quando testadas. No fundo, não é má intenção, é só o nosso cérebro tentando facilitar a vida e, sem querer, nos enganando pelo caminho. Esse falso positivo ajuda a explicar porque tantas pseudociências parecem convincentes, elas se apoiam em interpretações ilusórias que não passaram por testes

científicos. É o caso de crenças como a astrologia, que atribui características da personalidade a movimentos dos astros sem evidências que sustentem essa relação. Já o erro do tipo 2 funciona de forma inversa. Aqui, o indivíduo deixa de reconhecer um padrão real e rejeita uma informação verdadeira, mesmo que esteja bem demonstrada. Esse falso negativo está na base do negacionismo científico, que persiste mesmo diante de dados robustos. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitas pessoas recusaram a gravidade da situação apesar dos números de mortes, da sobrecarga do sistema de saúde e das evidências científicas disponíveis. Assim, enquanto a pseudociência nasce da criação de conexões inexistentes, o negacionismo surge da recusa de aceitar conexões comprovadas. Os dois fenômenos se relacionam porque ambos envolvem falhas cognitivas, mas diferem no sentido do erro: um adiciona o que não existe, o outro nega o que está diante dos olhos.

Gomes e Zamora (2024) revelam que ambos os erros podem levar a decisões ruins e até perigosas. A pseudociência pode parecer inofensiva, mas quando influencia questões de saúde, por exemplo, pode ser bem prejudicial. Já o negacionismo, por sua vez, tem impacto direto nas políticas públicas, no comportamento da sociedade e no combate a crises, como vimos na pandemia. Mesmo com alertas da comunidade científica e médica sobre a gravidade do vírus, no Brasil vivemos um cenário em que o negacionismo estatal atuou quase como um aliado da doença. Enquanto pesquisadores tentavam entender o vírus e orientar a população, figuras públicas propagavam desinformação, recomendavam remédios sem eficácia e desestimulavam o uso de medidas básicas de proteção.

Por isso, é tão importante aprender a distinguir o que é ciência de verdade daquilo que só se disfarça como tal. A ciência é feita de testes, de dúvidas honestas e de disposição para mudar de ideia quando surgem novas evidências. Já o negacionismo e a pseudociência se baseiam mais na teimosia, nas crenças pessoais e na rejeição ao que não se quer aceitar. E essa diferença precisa estar nítida para que possamos tomar decisões mais conscientes, como indivíduos e como sociedade.

### **Negacionismo x Ignorância**

É comum pensar que quem nega fatos científicos, como os benefícios das vacinas, age assim por ignorância, ou seja, por falta de estudo, pouca informação, ou até por uma suposta limitação intelectual. Mas essa ideia não se sustenta tão bem quando olhamos mais de perto. Afinal, muitas pessoas negacionistas têm ensino superior, boa renda, acesso à informação e até ocupam

posições de destaque na sociedade. E, por incrível que pareça, esses fatores não as protegem do negacionismo, às vezes, até fortalecem sua resistência a aceitar os consensos da ciência.

Pessoas bem-informadas podem ser ainda mais habilidosas para defender ideias falsas, justamente porque têm mais recursos para argumentar e selecionar informações que confirmem suas crenças. Isso acontece porque o negacionismo não é só uma questão de "não saber", mas sim de como as pessoas escolhem acreditar ou não em algo (Gomes e Zamora, 2024).

Por muito tempo, achou-se que o problema do negacionismo poderia ser resolvido com mais informação. Essa ideia ficou conhecida como o modelo do déficit: se as pessoas entendessem melhor a ciência, elas naturalmente mudariam de opinião. Mas isso já se mostrou insuficiente. Um exemplo claro é a recusa de vacinas “em todo o mundo, pais altamente educados e alfabetizados em ciência estão se recusando a vacinar seus filhos contra doenças contagiosas.” (Gomes e Zamora. 2024. p. 9).

Hoje, sabemos que a ideologia política tem mais peso nas crenças das pessoas do que o conhecimento científico (Gomes e Zamora. 2024). Pessoas com posturas mais conservadoras, por exemplo, tendem a rejeitar que o aquecimento global seja causado por ações humanas, não porque desconhecem as pesquisas sobre o clima, mas porque essa ideia entra em choque com valores e interesses do seu grupo político. Em vez de avaliar as evidências de forma neutra, as pessoas selecionam as que confirmam o que já acreditam, um fenômeno chamado pelas autoras de viés de confirmação.

Gomes e Zamora (2024), revelam que até mesmo dentro das próprias comunidades científicas pode haver negacionismo. Ou seja, nem quem produz conhecimento científico está totalmente livre disso. Por isso, hoje se entende que o negacionismo não é resultado da ignorância, mas é justamente um fenômeno que produz ignorância, ou seja, que cria dúvidas onde já existe consenso, e desinforma mesmo pessoas capacitadas.

No fim das contas, o combate ao negacionismo exige mais do que simplesmente oferecer dados e provas. É preciso entender os valores, os afetos e os contextos sociais e políticos que influenciam o modo como as pessoas escolhem no que acreditar.

### **Negacionismo x Agnotologia: quando a ignorância é construída**

Nem todo negacionismo é igual. Às vezes, podemos até pensar que uma pessoa nega fatos científicos por pura falta de informação, escolaridade ou acesso a conteúdos confiáveis. Mas

essa visão é simplista demais. Existe um tipo de negacionismo mais perigoso e estratégico, que não nasce da ignorância pura, mas de interesses bem definidos, seja político, econômico ou ideológico. E é aí que entra um conceito fundamental, a agnotologia<sup>7</sup>, que estuda como a ignorância pode ser produzida e usada como ferramenta de poder segundo Gomes e Zamora (2024).

Um bom exemplo disso foi a pandemia da COVID-19. Durante esse período, vimos autoridades políticas no Brasil e em outras partes do mundo adotando discursos e práticas contrárias às recomendações científicas. Não era só uma questão de falta de informação: havia uma tentativa consciente de confundir a população, desacreditar especialistas e promover informações falsas, como no caso da defesa do uso de medicamentos sem eficácia comprovada, tipo a hidroxicloroquina, um remédio usado originalmente para tratar malária e doenças autoimunes, mas que não tinha qualquer comprovação científica de eficácia contra a COVID-19. Isso não foi acaso, foi uma estratégia pensada para sustentar projetos políticos e evitar a responsabilização pelas falhas no enfrentamento da crise sanitária.

A agnotologia nos ajuda a entender justamente esse tipo de manobra. O termo mostra como pessoas e instituições poderosas produzem e espalham a ignorância de forma planejada, muitas vezes com a ajuda da mídia, de cientistas cooptados ou até da internet. Não é novidade: a indústria do cigarro já fez isso no século passado, quando pagava cientistas para negar os malefícios do fumo. A ideia tinha meta definida, que era, gerar dúvida e, com isso, proteger interesses econômicos.

A agnotologia, portanto, ajuda a compreender formas mais sofisticadas e institucionalizadas de negacionismo; ao examinar, por exemplo, a maneira pela qual governos como o do Brasil, dos Estados Unidos e do Reino Unido desviaram o olhar público da falta de equipamentos e de manobras ocultas em plena crise sanitária, muitas vezes alegando, falsamente, seguir a ciência. Na verdade, adotavam estratégias como a da imunidade de rebanho e outras que se revelaram perniciosas (Gomes e Zamora, 2024, p. 10).

Esse tipo de negacionismo é diferente daquele "ingênuo", da pessoa comum que realmente acredita em uma teoria conspiratória porque recebeu uma informação errada no *WhatsApp*.

---

<sup>7</sup> A palavra agnotologia vem do inglês agnotology, criada pelos pesquisadores Robert N. Proctor e Londa Schiebinger. Ela combina dois elementos do grego: "agnōsis", que significa "não saber", e "logos", que significa "estudo". Assim, o termo quer dizer literalmente "estudo da ignorância", especialmente da ignorância que é produzida de forma intencional, como quando informações são escondidas, distorcidas ou manipuladas para enganar ou confundir o público.

Aqui estamos falando de uma negação profissionalizada, que se apoia em *fake news*, distorção de dados e no uso político da mentira. E o problema se agrava porque, em tempos de pós-verdade<sup>8</sup>, as pessoas passam a valorizar mais aquilo que se encaixa nas suas crenças pessoais do que fatos comprovados por evidências.

Ou seja, não adianta apenas jogar dados científicos na mesa. Quando o campo está dominado por ideologias, emoções e discursos populistas, a ciência perde espaço. Muitas lideranças políticas exploram medos e inseguranças da população para criar uma relação de desconfiança com instituições como a ciência, a educação e até o sistema democrático.

Durante a pandemia no Brasil, isso ficou muito evidente. Não só vimos o enfraquecimento das instituições e da confiança nas recomendações de saúde, mas também a popularização de uma "epistemologia da ignorância". É uma forma de viver e pensar em que saber menos se torna desejável, e a ciência vira "inimiga" ao invés de aliada. Essa cultura favoreceu o avanço de teorias sem base, espalhadas por redes sociais, que conseguiram influenciar comportamentos reais da população, como a recusa à vacina e o desrespeito às medidas de proteção.

O que aconteceu no Brasil durante a pandemia se assemelhou ao que foi denominado de era intelectual das trevas nos Estados Unidos, produzindo uma sociedade engajada na rejeição generalizada de fatos verificáveis e de dados científicos e na ameaça constante à democracia. O culto à ignorância e o desprezo pelo saber científico induziram ao desenvolvimento do que foi chamado de Epistemologia da Ignorância (Gomes e Zamora, 2024, p. 12).

Portanto, o combate ao negacionismo vai muito além de informar. É preciso também enfrentar as estruturas que alimentam e se beneficiam da ignorância fabricada. Isso envolve educação crítica, transparência, responsabilidade política e principalmente, um esforço coletivo para valorizar o pensamento baseado em evidências, mesmo quando ele desafia nossas crenças pessoais.

Observamos que a agnotologia, ao jogar luz sobre como a ignorância pode ser manipulada, nos ajuda a ver que o problema do negacionismo não está apenas nas pessoas que acreditam nas mentiras, mas nos sistemas que as produzem e sustentam, muitas vezes em nome de poder e

---

<sup>8</sup> Neste trabalho, o termo pós-verdade é entendido como um contexto em que fatos objetivos perdem espaço para emoções, crenças pessoais e narrativas que soam verdadeiras mesmo sem evidências. Essa compreensão segue a análise de Eli Borges Junior (2019), que discute os limites do conceito, e também a leitura de Byung-Chul Han (2022), que relaciona a pós-verdade ao excesso de informações e à amplificação das *fake news* no ambiente digital. Esse tema será aprofundado no Capítulo 3 – A Era da Pós-Verdade.

lucro. E entender isso é essencial para evitar que novos apagões de conhecimento se repitam no futuro.

A relação entre ética, educação e ciência é algo essencial para garantir uma sociedade mais justa, informada e consciente. Quando falamos de negacionismo científico, não estamos falando só de um erro de informação, mas de uma ameaça real à saúde das pessoas, ao funcionamento da democracia e até à preservação do planeta. Negar fatos, ignorar evidências e colocar interesses ideológicos acima do conhecimento científico pode gerar consequências graves, como vimos de forma muito evidente durante a pandemia da COVID-19. Isso tudo deixou bem evidente como a falta de ética e de compromisso com a verdade pode custar vidas. E também mostrou como é urgente que a população entenda o que é ciência, como ela funciona e porque ela deve ser respeitada.

Só que a ciência, hoje, vive um paradoxo. Ao mesmo tempo que está mais acessível, com redes sociais, internet e canais de divulgação científica, também sofre com a desinformação que circula nos mesmos espaços. Vemos que muitos acabam tendo contato com teorias da conspiração, *fake news* e interpretações distorcidas da realidade. A partir disso fica ainda mais difícil saber em quem confiar. Isso coloca um desafio enorme para a educação: como formar pessoas com pensamento crítico, capazes de questionar o mundo, mas sem cair no negacionismo?

A resposta talvez esteja na forma como ensinamos ciência nas escolas e nos espaços públicos. Precisamos ir além das fórmulas e conceitos. É importante mostrar como o conhecimento científico é construído, com base em dados, testes, revisões e debates. Ensinar que questionar a ciência faz parte dela, mas que negar fatos comprovados por pura opinião ou ideologia é outra coisa completamente diferente. A crítica precisa vir com responsabilidade e com base em conhecimento.

E aqui aplicamos a ética. Não dá pra falar sobre educação ou ciência sem falar de valores humanos. Segundo Gomes e Zamora (2024) o respeito a vida, à diversidade, ao meio ambiente e à busca pela verdade são princípios que precisam guiar tanto o fazer científico quanto o processo educativo. Valorizar a ciência não significa aceitá-la de forma cega, mas sim entendê-la profundamente e reconhecer sua importância na construção de uma sociedade melhor. Quando as pessoas aprendem a pensar de forma crítica e ética, ficam menos vulneráveis a discursos negacionistas e conseguem participar de maneira mais ativa e consciente da vida em

sociedade. Por isso, entender as relações entre ética, educação e ciência é essencial para o presente e o futuro. Não se trata só de aprender conteúdos, mas de formar cidadãos mais preparados para enfrentar desafios, fazer escolhas informadas e agir com responsabilidade.

## **1.2 revisionismo histórico: quando a História é distorcida**

O revisionismo histórico é um tema que desperta debates intensos, principalmente porque carrega diferentes significados e usos. De maneira geral, revisar a história não é algo negativo, pelo contrário, faz parte do próprio trabalho da historiadora e do historiador. “O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2002, p. 75). Nesse sentido, o revisionismo pode ter um papel importante ao trazer à tona perspectivas esquecidas, grupos historicamente silenciados ou até mesmo corrigir interpretações que, com o tempo, se mostraram limitadas ou enviesadas. Gabriel Antonio Butzen evidencia que:

A partir da interpretação dos textos, podemos diferenciar alguns usos do conceito de “revisionismo”. O primeiro é o binarismo entre um “revisionismo positivo” como “novidade”; “melhores pesquisas” e “avanços” na ciência. O segundo é aquele “revisionismo negativo”, que pode significar “abuso”; “más interpretações”; “traição de classe” ou mesmo “reabilitação” dos discursos dos algozes em períodos de repressão (Butzen, 2024, p. 2).]

Segundo Butzen é preciso fazer uma distinção entre um revisionismo crítico e fundamentado, e aquele que assume uma postura negacionista. O primeiro busca aprofundar o conhecimento histórico com base em uma pesquisa séria, análise documental e diálogo com outros estudos, bem como com outros pesquisadores e pesquisadoras. Já o segundo tenta reescrever a história a partir de interesses ideológicos ou políticos, muitas vezes negando fatos comprovados e ignorando o sofrimento de determinados grupos sociais. Esse tipo de revisão é perigoso, porque alimenta discursos que minimizam ou até justificam crimes e injustiças no decorrer da história.

No contexto brasileiro, isso pode ser observado quando se tenta suavizar os impactos da escravidão, relativizar os crimes cometidos durante a ditadura militar ou invisibilizar a resistência de povos indígenas e da população negra. Esses discursos tentam moldar uma memória nacional “limpa” e idealizada, que acaba dificultando a compreensão das raízes de muitos dos problemas sociais que ainda enfrentamos.

Por outro lado, há um movimento importante dentro da historiografia que tem buscado revisar o passado para incluir outras vozes, como as das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, dos povos originários, das pessoas com deficiências, da comunidade LGBTQIAPN+, entre outros. Esse tipo de “revisão” é fundamental para que possamos construir uma história mais justa, plural e representativa sem perder a criticidade e qualidade no fazer científico. Trata-se de reconhecer que, por muito tempo, a história foi contada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, elitista e masculina, e que é necessário ampliar esse olhar, e tal preocupação não é novidade. Veremos que a perspectiva “revisão positiva” remonta ao fazer da docência e pesquisa historiográfica desde a Escola dos Annales, esforçando-se para incorporar uma gama diversificada de perspectivas:

[...] a história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (o essencial dessas renovações será encontrado nos verbetes deste dicionário: por exemplo, demografia histórica, história religiosa, história social, etc.) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral reservados, até então, à antropologia [...] (Le Goff, 1978, p. 45)

A fala de Jacques Le Goff, um importante historiador francês, traz uma ideia central que marcou o movimento conhecido como “história nova” ou *nouvelle histoire*, que surgiu na segunda metade do século XX. Le Goff mostrava que essa nova forma de pensar a História representava uma grande mudança na maneira como os historiadores faziam seu trabalho. Essa mudança trouxe várias novidades que transformaram o jeito de estudar os eventos históricos.

Uma dessas novidades foi o foco em novos problemas. Antes, a História se concentrava em guerras, reis, governos e grandes acontecimentos políticos. Com a “história nova”, os historiadores começaram a se interessar também por assuntos como as relações sociais, a cultura do cotidiano, a economia e até as vivências das pessoas comuns. Coisas como a história das religiões, da população, do trabalho e da vida privada passaram a ser valorizadas. Segundo Le Goff, outro ponto importante foram os novos métodos. Os historiadores passaram a buscar inspiração em outras áreas, como a sociologia, a antropologia e até a psicologia, para entender melhor o comportamento e as ideias das pessoas no passado. Isso deixou o estudo da História mais completo, com várias formas de olhar para os mesmos acontecimentos.

E talvez a mudança mais impactante tenha sido a chegada de novos objetos de estudo. A “história nova” passou a se interessar por temas que antes eram considerados “sem importância”

pelos estudiosos mais tradicionais. Fontes como alimentação, corpo, gestos, imagens, livros, mitos e sexualidade passaram a ser vistas como fontes riquíssimas para entender como as sociedades se organizavam e pensavam.

Le Goff, com isso, mostrava como essa nova forma de fazer História, que também seus riscos e tentações, ampliou os horizontes da área de pesquisa bem como da disciplina, tornando-a mais rica, mais humana e mais próxima da vida real dos sujeitos históricos.

Portanto, é preciso estudar o que muda lentamente e o que se chama, desde há alguns decênios, de estruturas; mas também é necessário resistir a uma das tentações da história nova. Fixados na importância do que dura, alguns dos maiores historiadores de hoje em dia empregaram — sem se iludirem, forçando as palavras, para melhor explicar as coisas — expressões perigosas: “história quase imóvel” (Fernand Braudel) ou “história imóvel” (Emmanuel Le Roy Ladurie). Não, a história se move. A história nova deve, ao contrário, fazer com que a mudança seja melhor apreendida (Le Goff, 1978, p. 45).

Hoje, no século XXI, continuamos observando mudanças na forma de ensinar e estudar História. As tecnologias têm um papel cada vez mais importante nesse processo. Internet, aplicativos, redes sociais e recursos digitais abrem novas portas para acessar documentos, imagens, vídeos e tudo mais que possa ajudar a estudar o passado. E não só isso, as metodologias de ensino também mudaram. Agora, existe também a necessidade de fazer com que os alunos participem mais ativamente das aulas, por meio de debates, projetos, simulações e outras atividades que tornem o aprendizado mais dinâmico e envolvente.

Sabe-se que à medida que as práticas pedagógicas tradicionalmente conhecidas dão lugar a novas formas de ensino e aprendizagem em meio à significativa inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), processos de ensino e aprendizagem na sala de aula têm se tornado um desafio crescente e potencialmente inovador (Nunes, 2009). Em meio a essas mudanças, é importante reconhecer que as TDIC possuem grande contribuição metodológica e podem tornar-se ferramentas de apoio para a construção do conhecimento dos alunos, pois favorecem o desenvolvimento de uma série de capacidades ao permitir contato com ferramentas distintas como arquivos virtuais, sites, vídeos e jogos educativos, dentre outras (Moura, 2009). [...] (Andrade, 2018, p. 173. Apud, Nunes, 2009 e Moura, 2009).

Assim, o revisionismo histórico não deve ser rejeitado de forma automática, mas sim analisado com atenção, é preciso compreender quem está revisando, com qual objetivo, com base em quais fontes e em que contexto. Afinal, a história não é neutra, e o modo como ela é contada influencia diretamente a forma como compreendemos o presente e projetamos o futuro. Como

já discutido aqui, o processo de revisão constante é algo natural e necessário dentro da produção do conhecimento histórico e científico como um todo. No entanto, quando o negacionismo entra em cena, esse processo natural e construtivo, passa a ser ameaçado.

Entretanto, historicamente, em controvérsias sobre diferentes temas, de boa ou má fé, revisionismo e negacionismo foram confundidos. Olhar para o passado, ação própria ao ofício, é elucidador até porque tanto o negacionismo como a tentativa de identificá-lo como revisionismo demonstram notável capacidade de se renovar. Atualizados no tempo e no espaço, chegam ao presente em diferentes continentes, sem que haja expectativa de ausentar-se no futuro. O revisionismo não se confunde com o negacionismo. Saber distingui-los é preciso, na pesquisa histórica e nos usos políticos aos quais a história do Tempo Presente está sujeita. (Rollemberg, Cordeiro, 2021). O revisionismo é a favor da história, o negacionismo, a sua negação.

Assim como reforçado por Butzen (2024) é possível que o “revisionismo” já tenha se tornado um termo complexo demais para ser meramente utilizado sem que antes haja uma forte tentativa teórica para defendê-lo, isso graças a “crise das humanas”, bem como do negacionismo, que atua de forma a distorcer ou rejeitar evidências consolidadas pela pesquisa científica, muitas vezes por motivos ideológicos, políticos ou culturais. Diferente do “revisionismo positivo”, que se baseia em estudos sérios e metodologicamente fundamentados, o negacionismo ignora ou manipula os fatos para atender a interesses específicos. Ao fazer isso, ele fragiliza a credibilidade do próprio conhecimento científico, colocando em dúvida consensos amplamente estabelecidos e enfraquecendo o debate público.

No campo da História, isso pode ser visto, como aqui já citado, nas tentativas de negar a existência de regimes autoritários, de minimizar os impactos da escravidão, ou de questionar acontecimentos como o Holocausto, todos bem documentados e estudados há décadas. O autor Fábio Abreu dos Passos, afirma que;

As “políticas de esquecimento” apresentam-se com diversas roupagens: pela imposição da amnésia coletiva, por meio de leis de anistia, pela tentativa de modificar a verdade factual, como fazem os movimentos revisionistas, os quais tomaremos como um dos vetores da presente reflexão. A investida revisionista, ou seja, o movimento que procura reconstruir fenômenos históricos, de acordo com interesses particulares, ameaça várias camadas do tecido público, inclusive aquele responsável pela construção da memória coletiva: relicário dos tesouros que abastecem a faculdade do pensamento (Passos, 2021, p. 177).

Percebemos que esses discursos negacionistas não apenas desrespeitam a memória das vítimas e dos grupos historicamente oprimidos, como também comprometem a construção de uma consciência histórica crítica e cidadã.

Além disso, quando o negacionismo se disfarça de “revisão histórica”, ele confunde a opinião pública e gera desinformação. Muitas vezes, a “autoridade da ciência” é colocada em xeque, e isso abre espaço para o avanço de pseudociências, teorias conspiratórias e narrativas que colocam em risco a educação, a democracia e os direitos humanos. A disseminação desse tipo de conteúdo, especialmente nas redes sociais, também compromete o papel da escola e da universidade como espaços de formação crítica. Portanto, faz-se essencial compreender que o “revisãoismo histórico positivo” é uma prática legítima e necessária, enquanto o negacionismo representa uma ameaça à produção e à validade do conhecimento científico, “Em tempos de desprestígio dos fatos na compreensão do passado, lembremos Carlo Ginzburg que defendeu, em *O juiz e o historiador* (1993), as noções de prova e de verdade como parte constitutiva do ofício do historiador” (Rollemberg, Cordeiro, 2021, p. 8) portanto torna-se nossa a tentativa de sempre fugir de um “mundo ficcional”;

Contudo, é importante salientar que a investida revisionista contra a “matéria-prima” da faculdade do pensamento principia na ameaça à preservação do mundo comum, uma vez que o esforço para alterar os fatos significa um esforço para alterar o que se diz sobre o mundo, alteração essa que poderá edificar um mundo fictício, como fizeram as ideologias totalitárias. A realidade ficcional fomentada por essas ideologias, as quais propagam a existência de uma raça pura ou de uma classe social superior, adultera o campo a partir do qual emanam os objetos que serão manipulados pela faculdade do pensamento. Esses objetos são as experiências dos afazeres humanos ocorridas no mundo comum, pois, caso o pensar se alimentasse da realidade forjada pelas ideologias, teríamos, ao findar momentâneo de sua ativação, não a construção de significados, mas a ausência de compreensão do que é o mundo (Passos, 2021, p. 188 - 199).

Portanto, distinguir “o mundo comum” do “mundo fictício” é um passo importante para fortalecer a pesquisa de qualidade e garantir que o debate acadêmico se mantenha comprometido com o fazer metodológico, a ética e a justiça social.

## CAPÍTULO 2 - A ASCENSÃO DA DIREITA E A INTERNET COMO ESPAÇO DE BOLHAS DIGITAIS

### 2.1 O surgimento do tecnoconservadorismo

Quando olhamos para o crescimento da direita no Brasil nos últimos anos, não podemos fingir que isso surgiu ao acaso ou que foi um movimento totalmente independente. Conforme indica os estudos de Rosa et al., (2024) existe uma relação direta com o que aconteceu nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. No final dos anos 40 e começo dos anos 50, foi se formando um movimento conservador moderno que tinha três pilares básicos: o libertarianismo, o tradicionalismo e o anticomunismo. O libertarianismo era aquela defesa radical da liberdade individual e da economia de mercado, com o Estado interferindo o mínimo possível. O tradicionalismo puxava mais para a questão moral, religiosa e cultural, defendendo valores considerados “eternos” e combatendo mudanças sociais vistas como ameaça. E o anticomunismo, que era o fio condutor, unia esses dois lados numa mesma luta contra o inimigo comum: a União Soviética e qualquer ideia que lembrasse socialismo ou comunismo.

Essa mistura, chamada de fusionismo, ganhou voz principalmente na revista *National Review*, fundada por William F. Buckley Jr., em 1955. Essa revista virou o centro de articulação das ideias conservadoras nos EUA e ajudou a consolidar o movimento, que com o tempo se espalhou pela política, pela cultura e principalmente pela mídia. É importante lembrar que esse movimento não ficou restrito ao ambiente intelectual: ele se popularizou, principalmente porque soube usar novos canais de comunicação para difundir suas ideias (Rosa et al., 2024).

No Brasil, a influência desse conservadorismo americano chegou com força a partir dos anos 2000, como veremos, se tornou mais visível depois das Jornadas de Junho de 2013. Foi ali que a frase “Olavo tem razão” começou a aparecer em cartazes e nas redes sociais, mostrando como Olavo de Carvalho tinha se tornado uma espécie de guru para parte da direita brasileira. Olavo fazia exatamente essa ponte entre o conservadorismo americano e o contexto brasileiro. Ele traduziu, adaptou e espalhou autores como Russell Kirk, Thomas Sowell, Friedrich Hayek e Roger Scruton para um público que estava sedento por um novo discurso, diferente daquele que vinha da esquerda e do centro.

Embora tenha nascido da confluência de diferentes forças políticas à extrema direita, a começar pelo lema integralista “Deus, Pátria e Família” herdado de Plínio Salgado passando pelo “Brasil acima de tudo” usado pelo nazismo alemão (Deutschland über alles), o bolsonarismo teve como principal

referência o conservadorismo construído por Olavo de Carvalho no Brasil. No entanto, o encontro destas diferentes perspectivas da extrema direita permitiu com que se constituísse uma identidade mobilizada a combater tudo o que se referisse ao Partido dos Trabalhadores, e mais ainda, a todo o espectro político da esquerda. Tudo isso já era visível, tendo em vista que desde as Jornadas de junho de 2013 era comum encontrarmos em manifestações por cidades de todo o país cartazes com a frase: “Olavo tem razão!”, principalmente com o objetivo de atacar o PT, associando-o ao comunismo e fazendo resgatar aqueles elementos presentes no Moderno movimento conservador dos Estados Unidos (Rosa et al., 2024, p. 46).

O papel de Olavo foi essencial para dar um verniz ideológico ao que depois virou o bolsonarismo. Ele transformou ideias que antes ficavam restritas a pequenos grupos em um sistema de crenças que podia ser compartilhado em vídeos do YouTube, em posts no Facebook e em cursos online. Ele entendeu que a internet era a ferramenta perfeita para furar a bolha acadêmica e atingir diretamente jovens, militantes de direita e até mesmo pessoas que estavam insatisfeitas com a política tradicional, mas ainda sem uma referência de qualidade. E aqui entra um ponto fundamental, o anticomunismo. Se nos Estados Unidos ele tinha como alvo direto a União Soviética e os movimentos ligados ao socialismo, no Brasil do século XXI ele foi reconfigurado. Pedro Toscano (2020) ao analisar o crescimento conservador no Brasil destaca que diferente da ameaça fantasmagórica do socialismo, o inimigo brasileiro passou a ser (após a redemocratização) o Partido dos Trabalhadores, mesmo que na mentalidade conservadora, fossem faces da mesma moeda

[...] a organização da direita brasileira como grupos, que já vinham se formando, fora do espectro da política comum, desde o início do governo de esquerda no Brasil e com o avanço do governo petista, foram tendo cada vez mais adeptos, agora mais ainda por conta do formato online. Fundos foram sendo levantados, fazendo com que esses grupos tivessem mais voz, mais poder opinativo, e mais meios de ação. Muitos grupos como o Instituto Liberal de Rodrigo Constantino, em 2006 e o MBL de Kim Kataguirí, tiveram bastante atuação nos primeiros protestos de 2013, hoje já estão nas Câmaras e Senado brasileiros, fazendo política. A imprensa tem uma clara importância no aumento de adeptos desses grupos, por conseguinte no aumento da geração de renda para tais grupos, por conseguirem adeptos da classe média alta e da classe alta, e na geração desse cenário de polarização. [...] A reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014 foi o real estopim para que a direita se reorganizasse de forma política. As manifestações exaltando o antipetismo, por conta da crise econômica e política corruptiva que se instaurava no país, estavam aflorando e algumas primeiras pequenas ideias de extremismo com dizeres a favor do golpe militar ou o fechamento das instituições brasileiras também foram surgindo nessa época (Toscano, 2020, p. 37 - 38).

Essa narrativa não cresceu sozinha. Ela foi alimentada por novos meios de comunicação digital, como a Brasil Paralelo<sup>9</sup>, e também por uma rede de influenciadores, canais de YouTube e perfis de Twitter que se dedicaram a espalhar essa visão de mundo. Conhecido como “conservadorismo high tech” (Rosa et al., 2024), ou seja, uma nova direita que se apoia nas tecnologias digitais para conquistar espaço político e cultural. O resultado disso é uma retórica do ódio, que mobiliza pessoas mais pela indignação e pelo medo do que por propostas concretas de mudança. Outro conceito importante aqui é o da “imunização ideológica” (Rosa et al., 2024). A ideia é que esses espaços digitais, páginas no Facebook, grupos de WhatsApp e Telegram, e canais de YouTube, funcionam como ambientes protegidos, onde os seguidores se sentem livres da “contaminação” da esquerda presente nas universidades, na grande imprensa ou em instituições tradicionais. Isso cria uma bolha que reforça constantemente as mesmas crenças, bloqueando a entrada de opiniões divergentes. É como se fosse um ecossistema fechado, que garante a sobrevivência e a reprodução dessas ideias sem interferência externa. Os movimentos sociais, o feminismo, as pautas ambientais, os direitos LGBTQIA+, tudo isso começou a ser enquadrado como parte de uma “ameaça comunista” e um ataque aos “bons costumes”. Foi assim que a direita brasileira construiu uma narrativa de guerra cultural, onde qualquer ideia progressista virou sinônimo de esquerdismo radical, de algo que precisava ser combatido.

Portanto, é diante da ameaça ao contágio comunista, coletivista, socialista, progressista, globalista, feminista, gayzista, maconheirista e demais pautas supostamente influenciadas pela agenda do marxismo cultural que os conservadores se fecham em comunidades, em bolhas informacionais e comunicacionais que podem garantir uma condição de imunidade, uma proteção, um lugar de segurança em relação a veracidade das informações contaminadas pelo viés ideológico que circulam nas universidades e na mídia corporativa. Essa crença baseada na pretensa imunização ideológica do conservadorismo pode ser encontrada em Russel Kirk (2013), um dos precursores do Moderno movimento conservador dos Estados Unidos que exerceu uma grande influência no sistema de crenças Olavo de Carvalho, assim como no próprio bolsonarismo (Rosa et al., 2024, p.54).

No fim das contas, o bolsonarismo não nasceu isolado. Ele se alimentou de uma tradição conservadora americana, foi traduzido e adaptado por Olavo de Carvalho e encontrou nas redes sociais o espaço perfeito para se espalhar. Plataformas como Facebook, Twitter, YouTube e WhatsApp não só deram voz a essas ideias, como também ajudaram a criar um público fiel e

---

<sup>9</sup> Segundo o livro "Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo", a Brasil Paralelo é descrita como uma empresa de mídia e entretenimento com um viés conservador e reacionário que utiliza a tecnologia e as mídias sociais para disseminar narrativas históricas distorcidas. Os autores, analisam a empresa como parte de um movimento de extrema-direita no Brasil que usa plataformas digitais para socializar e fomentar suas ideias.

engajado, disposto a defender esse projeto político como se fosse uma missão pessoal. É por isso que, quando falamos da ascensão da direita no Brasil, é impossível não levar em conta esse intercâmbio de ideias com os Estados Unidos e o papel central das redes sociais como meio de difusão e fortalecimento desse discurso.

As ferramentas principais de disseminação das fake news são as redes sociais. Mais de dois bilhões de pessoas são usuárias de redes sociais no mundo e todas são livres para postarem o que tiverem vontade, sem a necessidade de verificação da informação apresentada. Surgiram como novas oportunidades de interações com diversas pessoas do globo, com uma estrutura de inter-relação pessoal onde cada um pode se relacionar de acordo com as suas preferências e particularidades. Trata-se de uma ligação social e conexão entre pessoas, porém com o passar do tempo, se tornaram cada vez mais meios de comunicação e de disseminação de informações do que plataformas de relacionamento (Toscano, 2020, p. 22).

Toscano (2020) evidencia que esse movimento de ascensão da direita no Brasil, conectado ao conservadorismo dos Estados Unidos e fortalecido pelas redes sociais, não aconteceu de forma isolada. Na verdade, ele faz parte de um cenário global mais amplo, onde vários países viveram processos parecidos de fortalecimento da extrema direita e de discursos conservadores. O caso brasileiro dialoga diretamente com o que aconteceu em algumas partes da Europa e Estados Unidos.

Chegando à atualidade, é possível observar uma imensa guinada da direita e ao conservadorismo em diversos países, como, por exemplo, a eleição de Trump em 2016 e suas políticas conservadoras nos EUA. Na Polônia, o partido de extrema direita com suas políticas populares de benefícios sociais está cada vez mais obtendo apoio. O PIS (Partido Nacional Conservador Lei e Justiça) almeja maiores resultados, para assim, conseguir mudar a Constituição e transformar o país em um Estado enraizado no catolicismo e conservadorismo, rejeitando pautas da esquerda como os direitos dos LGBT's e o aborto. (Toscano, 2020, p. 17)

É possível observar que tanto no Brasil quanto em outros países, o conservadorismo atual se apoia em ressentimentos culturais e identitários. A sensação de perda de valores tradicionais, o medo das transformações sociais e a percepção de que “a maioria silenciosa” está sendo ameaçada por elites progressistas e agendas de direitos sociais criam terreno fértil para um discurso que combina nacionalismo, religião e moralidade. Nesse sentido, o caso brasileiro está em sintonia com um movimento conservador global que, embora assuma formas específicas em cada país, compartilha fundamentos ideológicos e estratégias de ação muito semelhantes.

O ponto em comum entre todos esses exemplos é o uso estratégico da internet e das redes sociais. Elas funcionam como multiplicadoras de discursos de medo, de ódio e de desinformação, criando bolhas que reforçam as crenças dos grupos conservadores e bloqueiam qualquer tipo de contestação externa. Além disso, o discurso anticomunista mesmo em lugares onde o comunismo já não é mais uma ameaça real é reativado como ferramenta de mobilização política. Ele serve para simplificar o mundo em uma luta entre “nós” e “eles”, entre o “povo de bem” e os “inimigos internos e externos”.

A direita está cada vez mais em alta no espectro político mundial. Mesmo com contexto socioeconômicos e políticos muito distintos, diversos países e seus eleitorados estão se virando a uma direita, na grande maioria das vezes, extremista. Essa onda conservadora vem assolando países como Hungria, França, Polônia e Turquia. No Brasil e nos Estados Unidos, os avanços das tecnologias e das redes sociais também tiveram seu papel fundamental nesse processo de aproximação. As redes sociais vieram para revolucionar o mundo. No quesito da comunicação, dentre os diferentes benefícios da mesma, estão democratização da informação, liberdade de criação e publicação de opiniões. Nesta última vertente, ao utilizá-la como estratégia política, o malefício causado pode ser muito maior (Toscano, 2020, p. 46).

A construção do que viria a ser o bolsonarismo, portanto, não é só um fenômeno brasileiro. Ele é parte de uma tendência mundial que vem reposicionando a direita no século XXI, agora equipada com tecnologia, com redes sociais e com uma narrativa de guerra cultural que consegue dialogar com diferentes públicos. O que antes parecia restrito a partidos políticos tradicionais, hoje circula por grupos de WhatsApp, perfis de Instagram, canais de YouTube e lives no Facebook. É nesse ambiente digital que essas ideias crescem, se fortalecem e encontram eco, no Brasil, e em outros países.

## **2.2 A economia da atenção e a lógica algorítmica**

A economia da atenção e a lógica algorítmica caminham juntas na maneira como vivemos hoje a internet e as tecnologias digitais. Segundo Faria (2023) ao falarmos em economia da atenção, estamos tratando da ideia de que a atenção humana é um recurso limitado e valioso, capaz de ser explorado como mercadoria. Herbert Simon já havia considerado isso em seus trabalhos (1970), mas foi no ambiente digital que essa noção ganhou força. Se antes nossa atenção era disputada por jornais, televisão e rádio, agora ela se tornou o principal alvo das *Big Techs*, empresas como Google, Meta (Facebook/Instagram/Whatsapp), Amazon, Netflix e tantas

outras, que montaram verdadeiros impérios baseados em manter os olhos e o tempo das pessoas fixados em suas telas.

É aqui que entra a lógica algorítmica. De forma simplificada, a partir das leituras dos estudos produzidos por Faria (2023), um algoritmo é um conjunto de instruções que o computador segue para resolver um problema. No mundo digital, ele se alimenta de dados, muitas vezes os nossos dados pessoais, coletados a partir de cliques, curtidas, pesquisas, interações e até mesmo do tempo que passamos em uma postagem ou vídeo. Com isso, as plataformas conseguem reconhecer padrões de comportamento e, a partir daí, prever e influenciar nossas escolhas. Esse processo é o que sustenta o chamado aprendizado de máquina e grande parte da inteligência artificial que conhecemos hoje.

Tal qual o enredo de uma obra do gênero cyberpunk, os indivíduos em nossa sociedade têm caminhado em direção a uma vida cada vez mais vinculada ao ciberespaço contido na internet. Redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, e-mail, sistemas eletrônicos nos quais a cota de trabalho do dia tem de ser realizada. Esta presença no ciberespaço pode não ser totalmente deliberada, mas como os serviços distribuídos por meio dele têm cada vez mais facilitado a vida das pessoas, é normal pensar sobre os impactos que esta expansão da internet tem causado no dia-a-dia de cada indivíduo. Com esta expansão da internet e uma conseqüente mudança na forma com que a sociedade passou a se relacionar com ela, é possível imaginar que a dinâmica dos indivíduos com esta mídia tenha iniciado uma transformação em vários âmbitos de suas vidas, como o cultural, o social, o político e o econômico. (Faria, 2023, p. 8 - 9)

Não podemos olhar para essa engrenagem como se fosse neutra ou “natural”. Os algoritmos não existem no vazio, eles são construídos e programados dentro de modelos de negócio que têm como objetivo central a monetização da atenção. A promessa de que tudo depende apenas do “bom uso” dessas ferramentas é ingênua, porque, na prática, elas já nascem vinculadas a interesses de mercado. Como lembram críticos como Yuk Hui (2020), há uma ilusão perigosa em acreditar na neutralidade técnica: as tecnologias carregam visões de mundo, organizam relações de poder e moldam a vida social de acordo com objetivos bem específicos.

As redes sociais, portanto, não são apenas um espaço de interação social, mas um campo de experimentação onde o comportamento humano é constantemente manipulado para gerar valor econômico. [...] o uso de big data e algoritmos em plataformas digitais permite a criação de perfis detalhados dos usuários, que são usados para prever comportamentos futuros e influenciar decisões de compra. Essa manipulação ocorre de forma sutil e contínua, onde os algoritmos ajustam suas recomendações com base nas respostas emocionais dos usuários. Essas práticas revelam uma nova dinâmica de consumo, onde as

redes sociais, através de algoritmos e influenciadores, desempenham um papel ativo na criação e satisfação de novas demandas. A combinação de dados psíquicos e emocionais, modulados em tempo real, cria um ambiente onde o comportamento do consumidor é moldado continuamente, muitas vezes sem que ele perceba a extensão dessa influência (Silveira, 2024, p. 14).

Um exemplo claro disso é o uso de elementos aparentemente inofensivos, como notificações, curtidas, recomendações personalizadas e vídeos em sequência, que funcionam como gatilhos psicológicos que estimulam hábitos quase automáticos de consumo de conteúdo. Essa lógica é intencional: quanto mais tempo passamos dentro das plataformas, mais dados produzimos e mais anúncios podem ser direcionados a nós. Não por acaso, como nos lembra famosa frase citada pelo jornalista Andrew Lewis, “se você não está pagando pelo produto, o produto é você”. Esta frase voltou a ganhar força com o documentário *O Dilema das Redes* (2020)

O problema é que, ao aceitarmos a economia da atenção como inevitável, corremos o risco de ficar cegos para outras formas de imaginar e experimentar a tecnologia. Afinal, a técnica não é apenas uma ferramenta que usamos, mas algo que atravessa e molda a nossa vida: define ritmos, relações, escolhas e até a forma como percebemos o mundo. O filósofo Yuk Hui (2020) defende que não existe apenas um caminho técnico universal. Ele propõe o conceito de cosmotécnica, ou seja, pensar a tecnologia a partir de diferentes culturas, histórias e cosmologias. Em vez de uma técnica homogênea (a do Vale do Silício<sup>10</sup>, por exemplo), seria possível desenvolver tecnologias que expressem valores locais, comunitários e até espirituais. Se reduzimos tudo ao modelo das *Big Techs*, acabamos aceitando também um único modo de viver essa mediação tecnológica, baseado em vigilância e exploração da atenção, quando poderíamos abrir espaço para outras possibilidades.

Por que acredito, então, que precisamos nos voltar para a cosmotécnica? Já faz muito tempo que operamos com um conceito muito estrito – na verdade, estrito demais – de técnica. Ao acompanharmos o ensaio de Heidegger<sup>11</sup>, podemos distinguir duas noções de tal conceito. Primeiro, temos a noção grega

---

<sup>10</sup> Segundo a PSafe o Vale do Silício é uma região localizada na Califórnia, nos Estados Unidos, reconhecida mundialmente como um dos principais polos de inovação tecnológica. É sede de grandes empresas de tecnologia, startups e centros de pesquisa, sendo associado ao desenvolvimento de computadores, softwares, internet e inteligência artificial. O nome vem do “silício”, material usado na fabricação de chips e componentes eletrônicos, que impulsionou a indústria tecnológica da região desde o século XX.

<sup>11</sup> Heidegger, ao revisitar os gregos antigos, mostra que a palavra *technē* não significava apenas técnica no sentido instrumental, mas estava ligada ao desvelar (*aletheia*), ou seja, a um modo de revelar o ser, de se relacionar com a verdade e com o mundo. *Technē*, nesse sentido, não era apenas “fazer” ou “produzir”, mas também um caminho de compreensão existencial. Para os gregos (Parmênides, Heráclito, Anaximandro), a *technē* estava integrada à vida, à arte e à filosofia. Já a tecnologia moderna, segundo Heidegger, separa-se desse horizonte: vira cálculo, exploração, objetificação da natureza e recurso para controle.

de technē, que Heidegger desenvolve por meio de sua leitura dos gregos antigos, notadamente os pré-socráticos – mais precisamente, os três pensadores “iniciais” (anfängliche), Parmênides, Heráclito e Anaximandro. Em seu curso de 1949, Heidegger propõe uma distinção entre a essência da technē grega e a tecnologia moderna (moderne Technik) (Hui, 2020, p. 33).

Hui retoma Heidegger, mas dá um passo além: ele reconhece que Heidegger critica a modernidade técnica, mas continua preso a uma leitura eurocêntrica (gregos, Europa, técnica moderna). Hui propõe, então, a ideia de cosmotécnica: cada cultura pode (e deve) ter sua própria forma de articular técnica, cosmologia e moral.

Ainda seguindo a perspectiva decolonial o pensamento de Ailton Krenak e de Nego Bispo dialoga diretamente com a crítica que muitos autores decoloniais fazem ao modo como o mundo moderno organiza a vida, a natureza e até a tecnologia. Krenak em um vídeo disponibilizado no Youtube<sup>12</sup> nos lembra que a crise ambiental e social que vivemos não é um acidente, mas o resultado de uma ruptura profunda entre humanidade e natureza. Para os povos indígenas, a terra não é objeto nem mercadoria. É um ser vivo, parte da comunidade. Quando Krenak discorre sobre a importância da ancestralidade e da educação baseada na coletividade, mostra que existe outras formas de vida possíveis, uma forma que não se sustenta na competição, no lucro ou na exploração. Essa visão confronta o modelo colonial que transformou pessoas e territórios em recursos descartáveis.

Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Nego Bispo, amplia essa crítica ao mostrar como o colonialismo não destruiu apenas terras e corpos, mas também modos de pensar. Antônio Bispo em um vídeo no Youtube<sup>13</sup>, elabora sobre o contracolonialismo, ele mostra que resistir não significa só reagir. Significa plantar outros sentidos, recuperar saberes apagados e reconstruir vínculos com a terra. Para os quilombolas, a terra não “pertence” a alguém; ela faz parte da vida coletiva. Essa lógica de reciprocidade confronta diretamente a ideia colonial de desenvolvimento, que promete progresso enquanto mantém desigualdades e deslocamentos. Quando Nego Bispo fala de biointeração, ele lembra que a vida funciona em ciclos, relações e trajetórias, e não em exploração infinita. É uma crítica que também aponta os limites do chamado “desenvolvimento sustentável”, que muitas vezes mantém a mesma lógica colonial, só que com um verniz verde.

---

<sup>12</sup>O vídeo pode ser acessado em <[https://www.youtube.com/live/gnT8c6wG2DA?si=ocO\\_I\\_gYeEYqSE1k](https://www.youtube.com/live/gnT8c6wG2DA?si=ocO_I_gYeEYqSE1k)>

<sup>13</sup>O vídeo pode ser acessado em <<https://youtu.be/Tqt9BnrolFg?si=pzK-2XZIJZB7ngzU>>

Essa discussão se conecta com a proposta de Yuk Hui sobre cosmotécnica. Como vimos o autor discute que não existe uma única maneira de imaginar e usar tecnologia. O modelo dominante, marcado por grandes empresas e pela economia da atenção, é apenas uma entre muitas possibilidades. Quando aceitamos esse modelo como inevitável, deixamos de imaginar tecnologias alinhadas a outras cosmologias, indígenas, quilombolas, comunitárias. Krenak fala em escutar a terra; Nego Bispo fala em replantar palavras. Yuk Hui propõe algo parecido no campo da técnica: criar formas de tecnologia que respeitem outros ritmos, outros vínculos e outros modos de existir no mundo.

A partir de uma perspectiva decolonial, essa aproximação entre os três possibilita novos horizontes. Ela mostra que a crítica ao colonialismo não é apenas sobre denunciar injustiças, mas sobre imaginar mundos. Questionar o modelo ocidental de desenvolvimento, a lógica de exploração dos territórios e até a maneira como usamos tecnologia é abrir espaço para outras possibilidades de vida. A visão ameríndia, os saberes quilombolas e a ideia de cosmotécnica apontam que o futuro não precisa repetir o passado colonial. Ele pode ser construído com base em relação, cuidado, reciprocidade e diversidade de modos de existir. Em vez de aceitar a lógica de uma única verdade, uma única técnica e um único caminho, esses autores nos convidam a recuperar aquilo que foi silenciado e a construir alternativas reais, vividas no cotidiano.

A economia da atenção mostra como o digital não é neutro, mas parte de um sistema que transforma nosso tempo, desejos e emoções em mercadoria. E a lógica algorítmica é o mecanismo que sustenta esse processo, automatizando escolhas e reduzindo experiências humanas a padrões calculáveis. A crítica que se impõe, é perceber que esses dispositivos não são apenas ferramentas que usamos, mas estruturas que moldam o modo como pensamos, nos relacionamos e até como imaginamos o futuro. O desafio é não nos conformarmos com a lógica única das *Big Techs* e abrirmos espaço para pensar outras formas de tecnologia, que não estejam necessariamente atreladas a capturar e explorar nossa atenção.

Apesar da onda de desinformação que circula na internet, muitos criadores de conteúdo continuam firmes na missão de divulgar conhecimento científico com responsabilidade. Esses divulgadores fazem um trabalho essencial. Eles explicam conceitos de forma simples, corrigem erros quando acontecem e mantêm um compromisso constante com o conhecimento científico. Canais como o do Átila Iamarino, o biólogo recebeu a Medalha Oswaldo Cruz, a honraria foi concedida em setembro de 2024, em reconhecimento ao seu trabalho na luta contra a desinformação sobre vacinas no Brasil. O Nerdologia, em especial o Nerdologia de História,

que aborda temas históricos de forma acessível e com linguagem leve, usando referências da cultura pop. O canal Parabólica, do professor Pedro Reno, produz aulas acessíveis para quem busca aprender História com profundidade e clareza. A Débora Aladim apresenta conteúdos bem estruturados sobre História e atualidades, voltados especialmente para estudantes. O Ciência Todo Dia torna temas complexos da física e da astronomia mais próximos do público geral. O Vocalizando a História que trabalha com fontes, debates e interpretações históricas fundamentais para quem quer se informar com qualidade. Além deles, a historiadora Lilia Schwarcz leva debates acadêmicos para o YouTube e ajuda a conectar a pesquisa universitária ao grande público.

Esses criadores<sup>14</sup> ajudam a mostrar que a internet também pode ser um espaço de aprendizado. Eles reforçam a importância do rigor e da busca pela informação contextualizada. Em um ambiente tomado por boatos, manipulações e pseudociência, a presença desses entre tantos outros divulgadores é um lembrete de que ainda existe conteúdo responsável, produzido com cuidado, e que o conhecimento científico continua sendo uma das ferramentas mais poderosas para entender o mundo.

### **2.3 O impacto na formação de bolhas informacionais**

Imagine abrir o seu celular pela manhã e se deparar com uma enxurrada de notícias, vídeos e posts nas redes sociais. Tudo parece falar exatamente com você, reforça suas opiniões, confirma aquilo em que você acredita e, muitas vezes, apresenta o mundo exatamente como você gosta de vê-lo. A princípio, parece conveniente, até confortável. Mas essa sensação de “conhecimento personalizado” tem um lado sombrio, ela nos isola. Cada pessoa, nesse universo digital, acaba vivendo em sua própria bolha, cercada por conteúdos que reforçam suas ideias e evitando o contato com aquilo que desafia suas convicções. Os psicólogos Juliana Taha e Marcos Garcia no artigo “O impacto das bolhas digitais no comportamento humano” evidenciam que

As “Bolhas Digitais” podem ser definidas como ambientes virtuais que são formados por meio de algoritmos os quais selecionam e filtram o tipo de

---

<sup>14</sup> Átila Iamarino: <https://www.youtube.com/c/AtilaIamarino>

Nerdologia: <https://www.youtube.com/user/nerdologia>

Parabólica (Pedro Rennó): [https://www.youtube.com/channel/UCeLwY\\_iqGhtq3AIdAEvT9-g](https://www.youtube.com/channel/UCeLwY_iqGhtq3AIdAEvT9-g)

Débora Aladim: <https://www.youtube.com/user/deboraaladim>

Ciência Todo Dia: <https://www.youtube.com/@CienciaTodoDia>

Vocalizando a História: <https://www.youtube.com/VogalizandoaHistoria>

Lilia Moritz Schwarcz: <https://www.youtube.com/c/LiliSchwarcz>

informação que um indivíduo será exposto. A partir da formação desta bolha o usuário terá maior facilidade em alcançar determinados conteúdos e mais dificuldade em acessar outros. Os “Filtros bolha” surgiram como mecanismos para filtrar e selecionar informações que fossem do interesse de cada usuário, permitindo uma personalização nas buscas. A base para a construção destes filtros é a relevância destes conteúdos para o usuário em questão. Entretanto, um possível efeito negativo disso é o enclausuramento deste usuário em uma bolha, pois ele estará exposto apenas aos conteúdos que não apresentem divergências em relação às suas opiniões. (Taha e Garcia, 2024, p. 619)

Como vimos, em grupos conservadores, por exemplo, a lógica das bolhas digitais é muito evidente. Existe a sensação de que determinadas ideias, do comunismo ao feminismo, passando por pautas ambientais ou temas ligados à diversidade, são uma ameaça constante. A tecnologia, por sua vez, amplificou ainda mais esse isolamento. O anonimato da internet, aliado à coleta massiva de dados por empresas do Vale do Silício (Rosa et al., 2024, p. 9) criou um ambiente em que cada clique, cada curtida e cada vídeo assistido é registrado e usado para oferecer mais do mesmo. Os algoritmos de recomendação, aparentemente neutros, acabam construindo um mundo sob medida para cada usuário. Quanto mais expostos a conteúdos que confirmam nossas crenças, mais nos fechamos, perdendo contato com perspectivas divergentes e dificultando qualquer diálogo ou reflexão crítica.

[...] cabe salientar que a política hoje, tanto em sua abordagem clássica quanto acentuada pela tecnopolítica, está envolta de extremismos e negacionismos, intensificando-se de forma cada vez mais veemente através do fenômeno da algoritmização. Isso faz com que as pessoas, grupos e empresas se articulem por meio de ecossistemas informacionais que operam como “bolhas comunicacionais”, reiterando aqueles discursos que visam se afirmar enquanto verdade e impedindo que outros pontos de vista sejam tratados ou mesmo acessados na internet. Assim, ao promover certa tendência para que as pessoas passem a aderir os discursos promovidos por influenciadores digitais e políticos com opiniões e soluções extremas para os problemas sociais, a grande parte dos adeptos do technoconservadorismo brasileiro – dentre eles, a empresa Brasil Paralelo passam a se utilizar de discursos que embaralham fatos e interpretações, fazendo com que o que importa para eles seja uma narrativa que tenha efetividade e impacto social, independentemente de ser um fato verossímil ou não (Da Empoli, 2019). (Rosa et al., 2024, *Apud*. Da Empoli, 2019, p.160)

E o problema não é apenas individual. Quando milhões de pessoas vivem em bolhas semelhantes, a esfera pública se fragmenta. A política, os debates e até o cotidiano social passam a ser filtrados por algoritmos, criando ambientes hostis ao diálogo e férteis para a circulação de informações falsas. As fake news, embora possam existir sem bolhas, ganham

dentro delas força e velocidade, porque a confiança nas fontes é automática: quem compartilha algo dentro de um grupo tende a ser alguém com interesses ou opiniões semelhantes, e questionar a veracidade do conteúdo se torna quase impensável.

[...] as bolhas são ambientes fecundos para as fake news, ainda que seja equivocado estabelecer uma relação de causalidade entre elas, uma vez que a produção de fake news independe da existência das bolhas. Estas, no entanto, aliadas à perspectiva da pós-verdade, favorecem que, no seu interior, as fake news sejam rapidamente disseminadas e ganhem amplitude. A própria dinâmica de formação das bolhas nas redes sociais – onde se formam grupos em função de laços familiares, relações de amizade ou simplesmente de interesses e opiniões comuns – contribui para a circulação de informações falsas, visto que não se costuma colocar sob suspeição os interesses de quem as enviou e, conseqüentemente, a veracidade do conteúdo. O consumo e o compartilhamento irrefletidos de informações falsas por indivíduos que efetivamente são por elas enganados e induzidos ao erro, sendo levados a tomar decisões com base em conteúdo que supunham ser verdadeiro, representam, porém, apenas uma parte do problema. (Prado, 2021, p. 26)

A pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021), citada pela Agência Pública mostram como os grupos de WhatsApp se tornaram um dos principais espaços de convívio entre muitos evangélicos. Segundo o levantamento, nessas conversas diárias, onde há confiança, amizade e troca constante de mensagens, as informações circulam com rapidez e quase sempre sem checagem. Isso cria bolhas muito fortes, porque o que chega nesses grupos já vem com a “validade” de alguém conhecido, um irmão da igreja, um líder, um amigo próximo. Quando essa confiança fala mais alto que a verificação dos fatos, a desinformação encontra terreno fértil para se espalhar. O relatório da UFRJ (2021) mostra exatamente isso ao apontar que quase metade dos evangélicos entrevistados recebeu notícias falsas em grupos ligados à religião.

Esse ambiente fechado faz com que certos conteúdos ganhem força mesmo quando são falsos. Como apontado na reportagem da Pública, muitos participantes compartilham mensagens apenas porque confiam em quem enviou, e não porque verificaram a informação. Isso fortalece ainda mais a bolha, já que versões distorcidas da realidade passam a circular como se fossem fatos. Quando assuntos políticos ou temas sensíveis entram nesses grupos, o impacto é ainda maior. A pesquisa mostra que notícias falsas sobre política são as mais comuns, e que esse tipo de circulação influenciou inclusive disputas eleitorais. Assim, essas bolhas digitais funcionam como um novo “espaço comunitário”, mas também como um canal que potencializa a desinformação dentro do segmento evangélico.

O resultado é um cenário complexo e preocupante, tecnologia, comportamento e política se entrelaçam de forma a reforçar polarização, pós-verdade e extremismos. A internet, longe de ser apenas um espaço de conexão e liberdade, se transforma em um terreno em que crenças se solidificam, divisões se aprofundam e o contato com ideias diferentes se torna cada vez mais difícil.

Diante desse cenário, é importante pensar no papel que a universidade pode desempenhar. O ambiente universitário, por sua natureza, produz ciência, debate ideias e oferece acesso a informações de qualidade. No entanto, muitos evangélicos, especialmente aqueles inseridos em bolhas digitais de confiança como os grupos de WhatsApp, acabam se distanciando desse espaço por percepções de hostilidade, preconceito ou falta de acolhimento. Quando a universidade não demonstra abertura para dialogar com esse público, outros grupos, muitas vezes extremistas, ocupam esse vazio.

Por isso, é necessário refletir sobre como a universidade pode desenvolver estratégias para acolher e dialogar com a população evangélica. Isso não significa concordar com todas as suas posições, mas reconhecer que esse grupo é parte fundamental da sociedade brasileira e que precisa estar incluído nas discussões públicas. A ciência, afinal, não deve se fechar em si mesma, e sim se colocar como ponte. Se a desinformação cresce em ambientes onde a confiança é a principal fonte de validação, a universidade poderia atuar justamente criando espaços de confiança dentro de suas próprias fronteiras. Projetos de extensão, rodas de conversa, atividades culturais, grupos de estudos e ações comunitárias podem aproximar estudantes e pesquisadores do público evangélico, mostrando que o conhecimento científico não é um inimigo da fé, e sim uma ferramenta para compreender melhor o mundo.

Ao abrir portas para esse diálogo, o ensino superior pode atuar como uma espécie de “contra resposta” ao avanço de narrativas extremistas. Em vez de deixar que grupos com intenções políticas ou ideológicas se aproveitem dessa lacuna, a universidade pode assumir um papel ativo na construção de uma comunicação mais responsável e informada. Isso é ainda mais urgente quando pensamos que muitos jovens evangélicos chegam ao ensino superior carregando dúvidas, inseguranças e, ao mesmo tempo, curiosidade. O acolhimento adequado pode fortalecer a autonomia desses estudantes e reduzir a vulnerabilidade à desinformação.

Portanto, se a universidade se afasta desse público, outros grupos ocuparão esse espaço, e nem sempre com intenções construtivas. Incluir os evangélicos no centro do debate, reconhecer suas

particularidades e criar canais permanentes de diálogo pode contribuir para romper as bolhas digitais e reconstruir pontes entre ciência, sociedade e religiosidade. É nesse encontro, e não na exclusão, que reside a possibilidade de enfrentar a desinformação de forma mais ampla e efetiva.

Por sua vez, ao observar as considerações sobre o Condicionamento Humano de B. F. Skinner em seu artigo “Seleção por Consequências” (1981), podemos entender e relacionar o impacto na formação de bolhas informacionais porque nos mostram que o comportamento humano é moldado por contingências, ou seja, pelas consequências que surgem a partir das nossas ações. Segundo o autor, essas contingências podem ser naturais, ligadas à sobrevivência da espécie, de reforço, que moldam repertórios comportamentais aprendidos, ou culturais, mantidas por um ambiente social mais complexo. Quando aplicamos esse olhar ao meio digital, percebemos que nossas interações nas redes sociais e na internet não acontecem de forma aleatória: cada clique, cada curtida e cada compartilhamento é reforçado pelo ambiente em que estamos inseridos.

No contexto das bolhas informacionais, os algoritmos funcionam como um reforçador poderoso. Eles analisam nosso comportamento, o que assistimos, curtimos e comentamos, e nos oferecem conteúdos cada vez mais alinhados com nossas preferências. Isso cria uma espécie de ciclo de reforço: o usuário recebe recompensas imediatas ao ver suas ideias confirmadas e continua a interagir com conteúdos similares, reforçando cada vez mais suas crenças e afastando outras perspectivas. Aqui, podemos ver o conceito de seleção por consequências: comportamentos que geram reforço positivo (como likes ou recomendações de conteúdos agradáveis) tendem a ser repetidos, enquanto comportamentos que não recebem reforço tendem a desaparecer.

Além disso, Skinner (1981) fala sobre contingências culturais, que são aquelas mantidas por um ambiente social evoluído. No meio digital, essas contingências se manifestam nas normas e expectativas das comunidades online. Grupos, páginas e redes sociais criam ambientes em que certos comportamentos e opiniões são valorizados, enquanto outros são desestimulados. Esse reforço cultural contribui para a formação de bolhas, já que o indivíduo aprende a se comportar de acordo com aquilo que é aceito e recompensado dentro de seu grupo, consolidando padrões de consumo de informação que reforçam a polarização e dificultam o contato com perspectivas diferentes. Podemos dizer, portanto, que buscar bolhas sociais tem uma base natural no comportamento humano.

Em suma, então, o comportamento humano é o produto conjunto de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído. (Em última análise, obviamente, tudo isso é uma questão de seleção natural, uma vez que o condicionamento operante é um processo evoluído, do qual as práticas culturais são aplicações especiais). (Skinner, 1981, p. 131)

O problema nas redes sociais não é só que as pessoas gostam de estar com quem pensa parecido, isso é algo natural, que sempre existiu. O que muda no mundo virtual é que os algoritmos e o *Big Data* entram em cena como reforçadores poderosos, criando a impressão de que esse fechamento em bolhas é natural ou inevitável. Cada curtida, cada vídeo que você assiste, cada postagem que você compartilha é registrado e usado para te mostrar ainda mais do mesmo, reforçando suas ideias e evitando que você veja pontos de vista diferentes. Voltamos a citar que

As "Bolhas Digitais" tendem a limitar a diversidade de opiniões ao reforçar ideias extremas. Os algoritmos por trás dessas bolhas analisam uma variedade de dados para prever o comportamento online dos usuários, levantando preocupações sobre a privacidade e o controle do comportamento humano. Essa limitação da diversidade de opiniões pode ter consequências sociais significativas, incluindo um aumento da polarização política e a propagação de notícias falsas. (Taha e Garcia, 2024, p. 626 - 627)

Na vida cotidiana, ainda encontramos diversidade, na escola, colegas de trabalho, vizinhos, família, pessoas na rua, sempre há contato com ideias diferentes, ainda que limitado. Mas nas redes sociais, o ambiente é cuidadosamente moldado para que você permaneça dentro de um espaço seguro e confortável, cercado apenas pelo que você já concorda ou gosta. E caso se depare com alguma divergência de conteúdo pode simplesmente optar por bloqueá-lo. É como se o próprio sistema estivesse te empurrando para dentro da bolha, tornando mais fácil se fechar e mais difícil sair dela.

Então, ao contrário do mundo *offline*, onde o contato com a diversidade é inevitável, o mundo virtual nos condiciona cada vez mais a permanecer dentro da bolha, reforçando nossas crenças, alimentando polarização e dificultando o diálogo com quem pensa diferente. A impressão de naturalidade que sentimos é, na verdade, uma ilusão criada pelos algoritmos que potencializam um comportamento que até existia, mas que agora se intensifica de forma muito mais rápida e quase automática.

## CAPÍTULO 3 - A ERA DA PÓS-VERDADE

### 3.1 O que é a Pós-Verdade

O termo pós-verdade começou a ser usado com mais frequência nos últimos anos, principalmente depois que o *Oxford Dictionaries* escolheu essa palavra como a “palavra do ano” em 2016. Essa escolha refletia um momento importante, vivíamos um tempo em que as pessoas pareciam acreditar menos em fatos e mais em opiniões, emoções e crenças pessoais. A definição do próprio dicionário diz que a pós-verdade acontece quando os fatos objetivos têm menos peso na formação da opinião pública do que aquilo que as pessoas sentem ou acreditam ser verdade, o site da Oxford Dictionaries (2016) menciona que,

A palavra composta *pós-verdade* exemplifica uma expansão no significado do prefixo *pós-verdade* que se tornou cada vez mais proeminente nos últimos anos. Em vez de simplesmente se referir ao tempo após uma situação ou evento específico - como no *pós-guerra* ou *pós-jogo* - o prefixo na *pós-verdade* tem um significado mais parecido com 'pertencer a um tempo em que o conceito especificado se tornou sem importância ou irrelevante'. Essa nuance parece ter se originado em meados do século 20, em formações como *pós-nacional* (1945) e *pós-racial* (1971).

Em outras palavras, a pós-verdade é um fenômeno em que a verdade deixa de depender das evidências e passa a ser moldada pelas emoções. Isso significa que o que convence nem sempre é o que é real, mas o que “faz sentido” dentro das ideias e dos sentimentos de um grupo. Essa é uma das razões pelas quais informações falsas, boatos e teorias conspiratórias se espalham tão rápido, principalmente nas redes sociais.

Vivemos em um tempo em que muitas pessoas escolhem acreditar naquilo que é mais confortável, mesmo que não seja verdadeiro. Já Byung-Chul Han (2022) fala que o excesso de informação e a rapidez com que tudo circula na internet acabam enfraquecendo nossa capacidade de pensar criticamente. A cada segundo, somos bombardeados por novos conteúdos, o que cria uma sensação de conhecimento, mas na prática gera confusão. Hannah Arendt (2007), mesmo escrevendo muito antes da era digital, já alertava sobre o perigo da manipulação da verdade, lembrando que a mentira política sempre existiu, mas que em tempos de popularização das informações, as mentiras podem se transformar em algo ainda mais perigoso: a criação de realidades falsas, mas socialmente aceitas.

A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos atordoados pela embriaguez de comunicação e informação. O tsunami de informação desencadeia forças destrutivas.

Abrange também, nesse meio-tempo, âmbitos políticos e leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático. A democracia degenera em infocracia. (Han, 2022, p. 19)

Nas redes sociais, esse fenômeno se torna ainda mais forte. Plataformas como o TikTok, o Instagram, YouTube, entre outras, funcionam por meio de algoritmos que priorizam o engajamento, e não a veracidade das informações. O que gera mais reações e compartilhamentos acaba tendo mais visibilidade, mesmo que seja falso. Assim, conteúdos que apelam para a emoção acabam ganhando mais espaço do que os que apresentam dados, pesquisas ou explicações complexas.

Por sua vez o autor Eli Borges Junior em seu artigo “O que é a pós-verdade?” (2019), parte de duas perguntas essenciais. A primeira é saber se o próprio termo “pós-verdade” faz sentido. A segunda é entender se existe algo específico em nossa época que realmente alterou a forma como lidamos com a ideia de verdade. A partir dessas questões, o autor procura construir uma crítica ao conceito e mostrar seus limites.

Ele explica que, quando usamos o termo “pós-verdade”, estamos sugerindo que existe um “antes” guiado pela verdade e um “depois” em que essa verdade teria perdido sua força como referência central da vida pública. Essa lógica do “pós”, muito usada depois da ideia de “pós-modernidade”, passa a impressão de uma ruptura evidente, como se algo que antes era sólido tivesse sido superado por um novo modo de funcionamento. No entanto, Borges Junior questiona se isso realmente corresponde à realidade. Para ele, essa visão simplifica demais o problema, porque parte da ideia de que existiu um momento histórico em que a verdade dominava o debate público de forma plena, como se não houvesse conflito, disputa ou manipulação.

Ao discutir isso, o autor lembra que a própria noção de verdade sempre foi motivo de tensão. O debate entre Sócrates e os sofistas na Grécia Antiga já apontava para isso. “Enquanto a filosofia de Sócrates baseia-se em uma concepção de verdade única, imutável, absoluta, a filosofia sofista defenderá a relatividade da verdade, a sua possibilidade de transformação de acordo com a operação do λόγος (lógos).” (Borges Junior, 2019, p. 527) Ou seja, desde muito cedo a verdade não foi um ponto pacífico. Ela sempre esteve sujeita a interpretações, disputas e estratégias retóricas. Por isso, antes de falar em “pós-verdade”, é preciso reconhecer que a própria ideia de verdade nunca foi totalmente estável.

Em seguida, Borges Junior (2019) se apoia no pensamento de Hannah Arendt para aprofundar a discussão. Arendt diferencia dois tipos de verdade: a verdade racional, ligada ao pensamento e ao debate filosófico, e a verdade de fato, que envolve acontecimentos concretos e verificáveis. As opiniões, para ela, são legítimas, desde que respeitem os fatos. Quando opiniões se afastam completamente da verdade de fato, o resultado é a distorção da realidade e a criação de mentiras. A reflexão mais importante de Arendt, e que o autor destaca, é o alerta sobre a possibilidade de a política produzir realidades paralelas. Em vez de apenas mentir sobre um ponto específico, regimes modernos teriam criado versões completas da realidade, totalmente coerentes entre si, para fazer com que suas narrativas parecessem verdadeiras. Isso exige manipulação sistemática de fatos, repetição constante e uso intenso da propaganda.

Não é por isso, no entanto, que fatos e opiniões sejam contrapostos por Arendt: pelo contrário, a legitimidade das opiniões é assegurada enquanto “respeitarem a verdade de fato”. É justamente o distanciamento entre aquelas e tal verdade de fato que pode significar a subversão da própria verdade e o advento da mentira. Nesse sentido, Arendt será bastante enfática ao sugerir que a liberdade de opinião não se efetiva de forma indiscriminadamente livre, irrestrita e sem critérios, mas deve estar sempre ancorada nos fatos: são eles que impedem, portanto, que se defenda qualquer ponto de vista baseado unicamente em uma opinião, ainda que essa ofereça uma interpretação logicamente plausível. (Borges Junior, 2019, p. 528)

Portanto esse mecanismo permite que versões falsas ganhem estabilidade e passem a funcionar como se fossem a própria realidade. Borges Junior (2019) aponta que esse fenômeno, descrito por Arendt, não é totalmente diferente do que chamamos hoje de pós-verdade. A diferença está nas condições tecnológicas da nossa época. Com a internet e as redes sociais, discursos emocionais, versões alternativas dos fatos e informações não verificadas circulam com muito mais rapidez e alcançam muito mais pessoas. Isso faz com que mentiras bem construídas tenham grande capacidade de moldar percepções, mesmo quando contradizem fatos básicos.

Diante disso, o autor conclui que o termo “pós-verdade” pode ser inadequado porque sugere uma novidade radical que, na verdade, não existe. A manipulação da verdade, a criação de narrativas convincentes e o uso estratégico da informação são processos antigos. O prefixo “pós” acaba simplificando um fenômeno complexo e ignorando as raízes profundas da relação entre verdade e discurso. Ainda assim, Borges Junior (2019) reconhece que o termo ganhou popularidade porque oferece uma forma rápida e intuitiva de nomear aquilo que muitos sentem, a impressão de que fatos objetivos perderam espaço para emoções, crenças pessoais e versões da realidade que não precisam ser verdadeiras para serem aceitas. O autor também busca

explicar como o conceito de verdade mudou na nossa época. Ele parte da ideia de que a palavra “pós-verdade” não surge por acaso. Como também citado por Byung-Chul Han (2022) O termo aparece porque vivemos um momento marcado por excesso de informações, disputas políticas intensas e uma enorme circulação de notícias falsas. Segundo o autor, isso mostra um sintoma do nosso tempo, fatos que antes pareceriam absurdos agora ganham força, formam opinião e até definem resultados políticos.

### **3.2 A Pós-Verdade e o Conhecimento Histórico**

O texto de Jurandir Malerba (2017) discute um ponto que ficou ainda mais complicado na era digital, afinal, quem escreve história hoje? Antes, a resposta era simples. A história era produzida por historiadores formados na universidade, especialistas que pesquisavam documentos, escreviam artigos e livros e conversavam principalmente entre si, dentro do ambiente acadêmico. O público leitor, em geral, era composto por pessoas escolarizadas, interessadas e com acesso a livros. A relação era basicamente historiador, livro, leitor.

Com a internet e as novas formas de produzir e circular informação, essa estrutura ficou muito mais complexa. Malerba (2017) retoma a ideia de “círculo semiótico” para lembrar que há três polos nessa relação, quem escreve, o que se escreve e para quem se escreve. E, hoje, cada um desses polos se diversificou.

Malerba (2017) nos lembra sobre o historiador. Quem é o historiador agora? Só o profissional especializado? Ou também o amador que mantém um blog, o influenciador que faz vídeos de história, o escritor de best-sellers, o internauta que cria *threads* ou vídeos curtos? Dependendo da resposta, muda completamente o que entendemos como historiografia, porque a “escrita da história” hoje ocorre em vários formatos, níveis de rigor e plataformas.

Depois vem o público. Antes, os leitores eram relativamente fáceis de identificar, quem comprava livros de história, quem lia jornais, quem frequentava bibliotecas. A partir dos estudos sobre a história do livro e da leitura, vários autores mostraram como o hábito da leitura mudou ao longo dos séculos, especialmente entre o século XVIII e XIX. Só que esses estudos quase sempre analisavam o que as pessoas liam e como elas liam, mas raramente tentavam entender o impacto real que essas leituras tinham na cabeça dos leitores comuns. Ou seja, faltava olhar para a reação das pessoas reais, não apenas supor o que elas teriam pensado.

Essa falta de estudo da “resposta do leitor” gerou uma série de equívocos, imaginar, por exemplo, que todo leitor interpreta um texto da mesma forma que o crítico ou que a influência de um livro depende apenas de sua circulação. Esses problemas aparecem tanto na literatura quanto na história.

Quando Malerba (2017) traz essa discussão para o campo historiográfico, ele mostra que entender a relação entre historiadores e seus públicos exige ir além da visão tradicional. Ele destaca autores como Fernando Nicolazzi, que chama atenção para a legitimidade do texto histórico, isto é, para o que faz a sociedade reconhecer e confiar em um relato histórico. Essa legitimidade não está só na pesquisa do historiador, mas também no modo como os leitores percebem, interpretam e usam a história no seu cotidiano.

O grande ponto é que, até o século XIX, a história não era escrita para “todo mundo”. Era pensada para grupos influentes, para estadistas, elites letradas. Só mais tarde o livro se tornou um meio mais amplo de circulação. E hoje esse meio já não é o principal. As pessoas consomem história em posts curtos, podcasts, vídeos, filmes, séries, memes e redes sociais. Isso muda tanto quem produz quanto quem consome.

[...] A questão da leitura e do uso da história requereria, porém, a consideração do dimensionamento do público leitor vis-à-vis a população, o sistema de ensino e a alfabetização, as obras e os autores de vulgarização. A história, até o século XIX, não era escrita para o grande público e sim para estadistas e as classes superiores da sociedade. (Malerba, 2017, p 140 – 141)

É aí que entra a história pública. Segundo o autor, ela surge justamente no contexto dessa ampliação dos públicos e das formas de produção da história. A questão agora não é só que mais pessoas estão consumindo história, mas que também estão produzindo conteúdos sobre o passado fora da universidade. E isso coloca desafios enormes para o historiador profissional, principalmente quando a internet permite que discursos de memória, testemunhos pessoais e interpretações não especializadas ganhem grande visibilidade.

Além disso, nas últimas décadas, houve um crescimento das discussões sobre direito à memória, reconhecimento de grupos, e valorização de narrativas pessoais. Isso colocou em xeque a ideia de que só o historiador profissional tem autoridade para falar sobre o passado. O resultado é um cenário cheio de disputas: de um lado, historiadores defendendo critérios de pesquisa e método; de outro, públicos diversos produzindo e consumindo história por outros caminhos.

Essa tendência teórica coincidiu também com o aumento do stock de certas formas de conhecimento sobre o passado, em particular a elevação do estatuto

dos discursos de memória e o valor do testemunho, não raro rotulado de “boom de memória”, que vem desafiando o papel dos historiadores como os únicos intérpretes qualificados de eventos passados. Esse desafio foi particularmente vigoroso na França. Além disso, o boom nas representações de apelo popular do passado, às quais a crítica dedicou tanta atenção, também obrigou os historiadores, mesmo os mais recalcitrantes, a reavaliar sua relação com o público em geral, mesmo que em alguns casos apenas para rejeitar a necessidade de qualquer mudança de comportamento. (Malerba, 2017, p 142)

O argumento de Malerba (2017) é que, para entender esse cenário, é preciso reavaliar a relação entre historiadores, historiografia e público. Não basta olhar apenas para a escrita acadêmica, nem apenas para o mercado editorial. É necessário pensar como as pessoas realmente conhecem e vivem a história hoje: como leem, assistem, compartilham, interpretam e transformam o passado nas plataformas digitais.

A discussão do Jurandir Malerba (2017) sobre “quem escreve história” ganha outra dimensão quando colocamos tudo dentro da lógica da pós-verdade. Ele mostra que, antes da internet, a comunicação entre historiador, historiografia e público passava quase toda pelo livro. O leitor era, em geral, alguém instruído, alfabetizado, que procurava obras de história em bibliotecas, livrarias ou jornais. O historiador profissional tinha um papel mais claro: pesquisar e produzir conhecimento para esse público relativamente estável.

Hoje isso mudou completamente, e a era da pós-verdade explica boa parte dessa mudança. A internet abriu espaço para que qualquer pessoa produza e compartilhe conteúdos sobre o passado. Blogs, vídeos curtos, threads, podcasts e postagens viraram formas de “fazer história”, mas sem compromisso necessário com método, crítica de fontes ou rigor. O público também se ampliou: não é mais só o leitor interessado, mas milhões de usuários que consomem história sem mediação, no fluxo rápido e emocional das redes sociais.

A pós-verdade entra justamente aqui. Nesse contexto, o que define o alcance de uma narrativa histórica não é mais sua qualidade, a pesquisa, a documentação ou a responsabilidade ética do autor. O que circula é o que gera reação, engajamento e identificação emocional. Malerba (2017) pergunta “quem é o historiador hoje?”. A pós-verdade responde, muitas vezes, o “historiador” é o influenciador, o criador de conteúdo, o usuário comum que mistura opinião, memória pessoal, crença e imaginação em vídeos virais. E isso muda toda a relação entre produção e consumo de história.

O problema se agrava quando percebemos que boa parte do público não diferencia o historiador profissional do diletante. Na lógica da pós-verdade, não importa quem pesquisa, importa quem

fala de modo mais convincente, rápido e envolvente. Por isso narrativas negacionistas, revisionistas e pseudocientíficas ganham força. Elas entregam respostas simples para problemas complexos e reforçam o que o usuário já acredita. Esse é o ponto central: a verdade deixa de ser critério.

Malerba (2017) também discute como as teorias da recepção, no passado, tentavam entender como leitores reagiam aos textos. Hoje, isso fica ainda mais difícil. O leitor comum não apenas lê, ele compartilha, comenta, remixa e transforma conteúdo histórico em meme, opinião ou ataque. A audiência virou produtora ativa de história, mas sem os filtros mínimos de crítica e responsabilidade. É a “história pública” levada ao extremo, dentro de um ambiente onde emoções têm mais peso que fatos.

A pós-verdade, então, cria um cenário em que o trabalho do historiador profissional é permanentemente desafiado. Não se trata só de disputar espaço com livros de divulgação, como antes. Agora é disputar com milhões de narrativas rápidas, emocionais e, muitas vezes, falsas. O historiador precisa lidar com um público fragmentado, com algoritmos que privilegiam sensacionalismo e com um ambiente onde o passado pode ser manipulado para justificar identidades, ideologias e ataques.

Aqui entramos em um dos maiores exemplos no contexto brasileiro, o incorreto “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” se tornou um fenômeno editorial, mas também um dos livros mais criticados pela academia. A obra promete revelar uma história “sem máscaras” e desafiar versões consideradas “oficiais”. Mas essa proposta não se sustenta quando analisamos o conteúdo com critérios básicos de pesquisa histórica. O autor, Leandro Narloch (2009), trabalha com jornalismo e usa técnicas comuns desse campo. Ele enfatiza opiniões fortes, provocações e interpretações polêmicas para prender o leitor. O problema é que o fazer historiográfico não funciona assim. O estudo histórico exige método, comparação de fontes, diálogo com pesquisas anteriores e responsabilidade com grupos sociais retratados. O livro não cumpre essas exigências.

As críticas dos especialistas são amplas e consistentes. Muitos apontam o uso seletivo de evidências. O autor escolhe documentos e relatos que confirmam suas ideias e ignora materiais que as contradizem. Esse procedimento distorce o passado. Ele não mostra a complexidade. Ele produz versões simplificadas e muitas vezes equivocadas. Isso leva à criação de narrativas frágeis que parecem “reveladoras”, mas na verdade escondem partes cruciais da história. Pois

como citado por Renato Venâncio (2021) “A melhor forma de contar uma mentira é incluir nela um elemento de verdade.”

Outro ponto grave é o tratamento dado a povos indígenas e às pessoas escravizadas. O livro tenta construir a imagem de que alguns grupos foram “menos vítimas” do que se ensina na escola. Essa estratégia reduz a violência do colonialismo e da escravidão. Ela também reforça estereótipos antigos que já foram superados pela historiografia. Ao falar de forma superficial sobre temas tão sensíveis, o livro cria espaço para interpretações injustas e discriminatórias. Em seu livro Narloch elabora o seguinte desserviço,

Em 1646, os jesuítas que tentavam evangelizar os índios no Rio de Janeiro tinham um problema. As aldeias onde moravam com os nativos ficavam perto de engenhos que produziam vinhos e aguardente. Bêbados, os índios tiravam o sono dos padres. Numa carta de 25 de julho daquele ano, Francisco Carneiro, o reitor do colégio jesuíta, reclamou que o álcool provocava “ofensas a Deus, adultérios, doenças, brigas, ferimentos, mortes” e ainda fazia o pessoal faltar às missas. Para acabar com a indisciplina, os missionários decidiram mudar três aldeias para um lugar mais longe, de modo que não ficasse tão fácil passar ali no engenho e tomar umas. Não deu certo. Foi só os índios e os colonos ficarem sabendo da decisão para se revoltarem juntos. Botaram fogo nas choupanas dos padres, que imediatamente desistiram da mudança. (Narloch, 2012, p. 29)

O estilo do autor usa ironia e sarcasmo como se fossem argumentos. Ele tenta “desconstruir mitos”, mas faz isso sem apresentar estudos sólidos. Ele mistura fatos reais com opiniões pessoais. Ele desconsidera debates importantes da academia brasileira. Ele cria a impressão de que historiadores escondem algo, quando na verdade o que existe é rigor, revisão constante e responsabilidade ética. Venâncio (2021) em sua resenha do livro de Narloch elabora a seguinte crítica sobre o trecho,

Para entender essa diferença, é preciso lembrar que os jesuítas estimularam a transferência dos índios para proximidades de vilas e fazendas. Isso deu origem a um processo de aculturação. O alcoolismo foi um flagelo, dentre vários, trazidos por essa transformação. Não por acaso, o livro começa um século e meio após 1500. O autor desconsidera os primeiros relatos, anteriores à aculturação da população local. Na Carta de Caminha, por exemplo, os índios rejeitam o vinho. Alexandre Marchant, que estudou o escambo no século XVI, não inclui o vinho e a aguardente como itens de trocas com os indígenas. Conforme mostram pesquisas de Oswaldo Lima e Alfred Métraux, a bebida tradicional dos índios, o “cauim”, tinha fraquíssimo teor alcóolico. Além disso, era utilizada apenas coletivamente e em certas ocasiões (casamentos, nascimentos, festas comemorando a vitória na guerra etc.). O europeu introduziu o hábito de beber sozinho e cotidianamente. Pior ainda: introduziu a aguardente, bebida destilada muitíssimo mais forte do que o cauim. Enfim, os índios não eram originalmente bêbados, mas a colonização, ao destruir seu modo tradicional de consumir bebidas alcoólicas, abriu caminho para que entre muitos deles esse problema surgisse e prosperasse. (Venâncio, 2021, p. 2 – 3)

Apesar dessas falhas, o livro virou best-seller. Isso aconteceu porque muitas pessoas sentem desconfiança das instituições e buscam explicações rápidas para temas complexos. O livro oferece essa sensação. Ele cria a ilusão de que tudo o que se aprende na escola está errado. Ele promete revelar “a verdade”. Esse discurso seduz. Mas não esclarece. Ele apenas alimenta polarização e cria uma falsa desconfiança entre historiadores e leitores comuns. No capítulo “Zumbi tinha escravos” Narloch afirma que

Zumbi, o maior herói negro do Brasil, o homem em cuja data de morte se comemora em muitas cidades do país o Dia da Consciência Negra, mandava capturar escravos de fazendas vizinhas para que eles trabalhassem forçados no Quilombo dos Palmares. Também sequestrava mulheres, raras nas primeiras décadas do Brasil, e executava aqueles que quisessem fugir do quilombo. (Narloch, 2012, p. 73)

Por sua vez, Venâncio (2021) aponta a falta de base sólida nas afirmações de Narloch. Venâncio lembra que os quilombolas não deixaram registros próprios, e que as fontes disponíveis foram escritas por pessoas que viam Palmares como uma ameaça, colonizadores, fazendeiros e autoridades da época. Ou seja, os relatos usados por Narloch refletem o olhar dos inimigos do quilombo, que tinham interesse em retratar o lugar de forma negativa.

Cabe aqui aplicar a crítica às fontes, da mesma forma que Narloch a utilizou em relação aos bandeirantes. Os quilombolas de Palmares não deixaram escritos do próprio punho. Nesse caso, não é possível fazer a comparação documental, pois não havia cartórios, tribunais e repartições públicas nos quilombos. O que os livros citados por Narloch dizem a respeito deles foi escrito por holandeses (ou alemães que os acompanhavam), portugueses e fazendeiros que atuavam em câmaras municipais. Essa gente, por razões óbvias, odiava o Quilombo de Palmares e tentava o tempo todo provar que a vida ali era ainda pior do que nas senzalas, daí as acusações de o lugar ser um antro de ladrões, assassinos e estupradores. Imagem, aliás, coincidente com a que boa parte da elite brasileira atual faz das comunidades carentes. Se você achar que Zumbi representa o ideal de luta contra a opressão e a desigualdade, luta contra o preconceito racial e social, continue a considerá-lo um herói. (Venâncio, 2021, p. 9)

Os dois trechos trazem visões bem diferentes sobre a figura de Zumbi dos Palmares e o significado histórico do Quilombo dos Palmares. Narloch, no seu estilo polêmico, tenta desconstruir a memória da figura de Zumbi, afirmando que ele também escravizava pessoas e cometia violências dentro do próprio quilombo. Essa leitura segue a linha do autor de questionar símbolos históricos, mas acaba ignorando um ponto importante, de onde vêm essas informações?

Venâncio (2021) elabora uma comparação interessante, a forma como parte da elite da época via os quilombos é parecida com o modo como hoje muitos olham para as comunidades pobres e periféricas, associando-as à criminalidade. Assim, o autor propõe uma leitura mais crítica e contextualizada, defendendo que enxergar Zumbi como símbolo de resistência contra a escravidão e o racismo ainda faz sentido, mesmo que ele, como qualquer figura histórica, não fosse perfeito.

O problema é que obras como essa moldam a opinião pública. Quando um livro com grande alcance trata a história com descuido, gera-se confusão. Ele enfraquece a capacidade das pessoas de interpretar fontes e de reconhecer manipulações. Incentiva visões simplistas sobre processos longos, como colonização, independência, escravidão e formação do Estado brasileiro.

Em vez de ajudar o leitor a entender o passado, o Guia Politicamente Incorreto cria ruído. Ele não contribui para o conhecimento histórico. Ele dificulta. Ele substitui pesquisa por retórica. Ele troca complexidade por frases de efeito. Ele transforma conflitos reais em debates fictícios. E isso tem impacto no presente, pois afeta a forma como enxergamos desigualdade, identidade, política e memória coletiva. A obra se vende como crítica corajosa, mas não passa de um exercício de pseudo-história. Ela não amplia horizontes, reduz. Ela não questiona com responsabilidade, apenas provoca sem fundamentos. Ela não abre caminhos, se fecha em sua ignorância. E por isso o livro é considerado, por boa parte da comunidade acadêmica, um material desastroso para quem deseja aprender história de forma séria, consistente e consciente.

A construção do conhecimento histórico não é feita a partir de achismos, ao analisarmos as considerações de José D'Assunção Barros (2012) observamos que as teorias da história revelam que o trabalho da historiadora e do historiador vai muito além de simplesmente observar uma fonte e transcrever o que está nela. Diferente das filosofias da história, que costumam ser reflexões individuais sobre o sentido do passado, as teorias da história surgem como espaços coletivos de debate, compartilhados por uma comunidade de historiadores.

Isso leva a um contraste entre a postura do “filósofo da história” e aquela que será a do historiador ou cientista social que se vincula a uma “teoria da história”. Com o seu texto e seu discurso, o “filósofo da história” proclama: “esta é a minha concepção acerca da história”; nela vejo este sentido, e não aquele. Em contrapartida, a “teoria da história” é ainda mais do que uma concepção pessoal de um homem de letras: o historiador ou pensador que a formula agrega a seu pensamento, muito frequentemente, um certo programa de ação que oferece à comunidade de historiadores; ou, o que vem a ser análogo, ele adere a um programa de ação que já existe, eventualmente

aperfeiçoando-o ou acertando as arestas de um paradigma. Em poucas palavras, o pensador que formula, adere ou acrescenta algo a uma “teoria da história”, insere-se de imediato em uma comunidade de historiadores, notadamente em um certo setor desta comunidade historiográfica, ou ao menos dialoga com esta comunidade constituída pelo conjunto de historiadores, no caso de não ser um pensador de outra área. (Barros, 2012, p. 370 – 371)

Cada teoria traz um olhar diferente sobre o que é relevante na história e sobre como investigá-la, e isso faz com que o campo historiográfico seja múltiplo e diverso. Como exemplificado por Barros (2012), o positivismo valoriza a busca por fatos concretos e por regularidades, tentando estabelecer leis gerais que expliquem eventos históricos. Já o Historicismo foca no contexto de cada época, na singularidade dos acontecimentos e na necessidade de compreender a história a partir de seus próprios termos. Por sua vez, o Materialismo Histórico concentra-se nas estruturas econômicas e sociais, mostrando como elas moldam as relações e os processos históricos.

Esse caráter plural das teorias mostra que o ofício do historiador exige mais do que curiosidade ou senso crítico. É preciso dominar metodologias, técnicas de pesquisa, análise de fontes e cruzamento de informações, algo que não se aprende de forma superficial. A historiografia é um campo que demanda rigor, precisão e cuidado epistemológico. Por isso, não é suficiente apenas ter opiniões sobre o passado; é preciso ter um preparo acadêmico e profissional para fazer interpretações consistentes.

Por outro lado, o que vemos hoje são debates sobre obras como o Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, que, do ponto de vista metodológico, é frágil. Ainda assim, algumas pessoas tratam essas narrativas superficiais como se fossem equivalentes aos estudos sérios, ignorando o trabalho complexo que um historiador qualificado realiza. Isso reflete um problema de percepção social, a história passa a ser vista como uma opinião qualquer sobre fatos, quando na verdade é uma disciplina que exige método, análise crítica e compreensão profunda do contexto e das múltiplas fontes. A pluralidade das teorias da história nos lembra que escrever história é muito mais do que relatar o que aconteceu, é refletir sobre como os acontecimentos se conectam, como diferentes perspectivas se cruzam e como o conhecimento produzido deve ser fundamentado.

### 3.3 A Desinformação e as Pseudoverdades Históricas

Como vimos, uma das maiores controvérsias do nosso tempo é o excesso de informações. Como lembra Han (2022), quando a informação se torna abundante, a desinformação cresce junto e se transforma em um grande desafio. Nas redes sociais, boatos circulam rápido e influenciam a forma como as pessoas entendem o mundo, inclusive o passado. Na História, isso tem gerado uma enorme dor de cabeça, o aparecimento de pseudoverdades históricas. São versões distorcidas, sem base científica, que se apresentam como fatos e confundem quem tenta compreender os acontecimentos de forma correta.

Essas pseudoverdades surgem de várias formas. Algumas nascem da má interpretação de informações antigas, outras são criadas intencionalmente por grupos que buscam manipular a memória coletiva para servir a interesses políticos ou ideológicos. O problema é que, nas redes sociais, qualquer conteúdo bem escrito ou apresentado de forma emocional pode parecer verdadeiro, mesmo quando não é.

Um exemplo claro é a maneira como certos conteúdos tratam a ditadura militar brasileira (1964–1985). Em várias plataformas, circulam vídeos e publicações afirmando que “não houve ditadura”, mas apenas uma “revolução necessária” ou “Regime Militar” para combater o comunismo. Essa narrativa ignora os documentos, os testemunhos e as provas de censura, tortura e perseguição política registradas ao longo do período. Ainda assim, essas versões ganham força porque são simples, apelam à emoção e dialogam com discursos políticos atuais.

O perfil no TikTok “ocaprinne” com 76,8 mil seguidores, em um vídeo postado no dia 06 de jun de 2025, contesta a existência da ditadura militar com a seguinte narrativa:

“1964: A História Que a Esquerda Não Quer Que Você Saiba<sup>15</sup>

Durante anos, fomos ensinados a enxergar o regime militar apenas como uma ditadura brutal e sem justificativa. Mas a verdade vai muito além disso.

Você sabia que:

- O Brasil vivia o risco real de se tornar um Estado Comunista?
- Guerrilhas armadas financiadas por Cuba e URSS atuavam no país?
- João Goulart flertava abertamente com o comunismo?
- Os militares evitaram um golpe vermelho e iniciaram o maior ciclo de crescimento da história do Brasil?

Foram eles que:

<sup>15</sup> O vídeo pode ser acessado em <https://vt.tiktok.com/ZSykA5Aqx/>

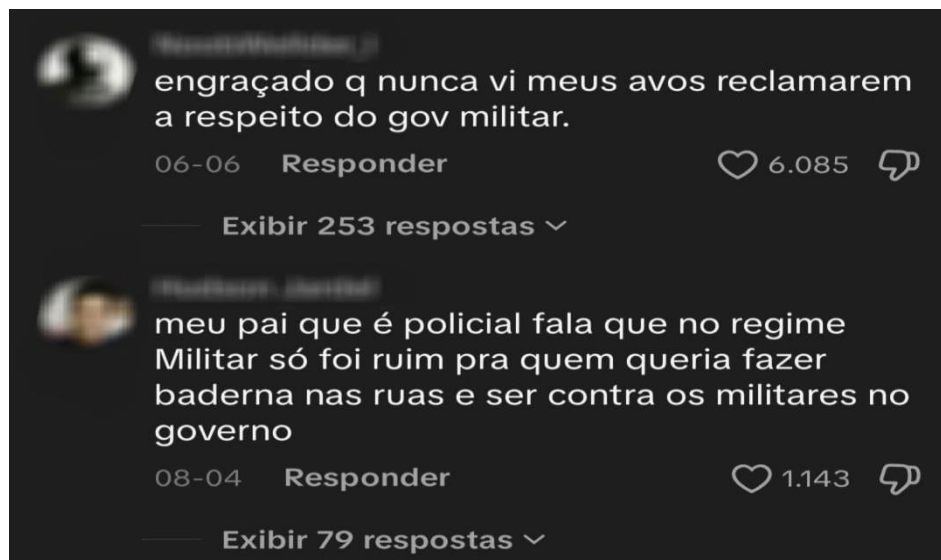
- Expandiram as universidades federais
- Fortaleceram o ensino técnico
- Impulsionaram a industrialização
- Construíram hidrelétricas e rodovias
- Implantaram a merenda e fardamento escolar
- Transformaram o Brasil na 7ª economia do mundo no auge do milagre econômico

Essa é a parte da história que não te contam. A pergunta é: por quê?

O vídeo já passou de 102,9 mil curtidas. São 6.852 comentários até agora. Mais de 15,5 mil pessoas salvaram o vídeo. E ele já foi compartilhado mais de 31,5 mil vezes, e assim como tantos outros, segue um padrão, vídeo rápido, direto e cheio de uma segurança argumentativa descabida, mesmo que sem fontes consistentes para sustentar tais narrativas. O criador fala como se tivesse certeza absoluta do que diz, sem espaço para dúvida. Isso passa autoridade, mesmo sem uma fundamentação teórica de qualidade. A edição busca por elementos visuais que dão credibilidade, como legendas, fontes históricas soltas, gráficos genéricos e prints de estudos que em geral ninguém confere. O uso do apelo emocional tenta provocar medo, indignação ou aquela sensação de que existe um “segredo escondido”. Isso prende a atenção e faz o usuário compartilhar o conteúdo sem pensar muito. A explicação sempre é simples demais, como se tudo fosse óbvio e fácil de entender. Essa simplificação exagerada ajuda a convencer.

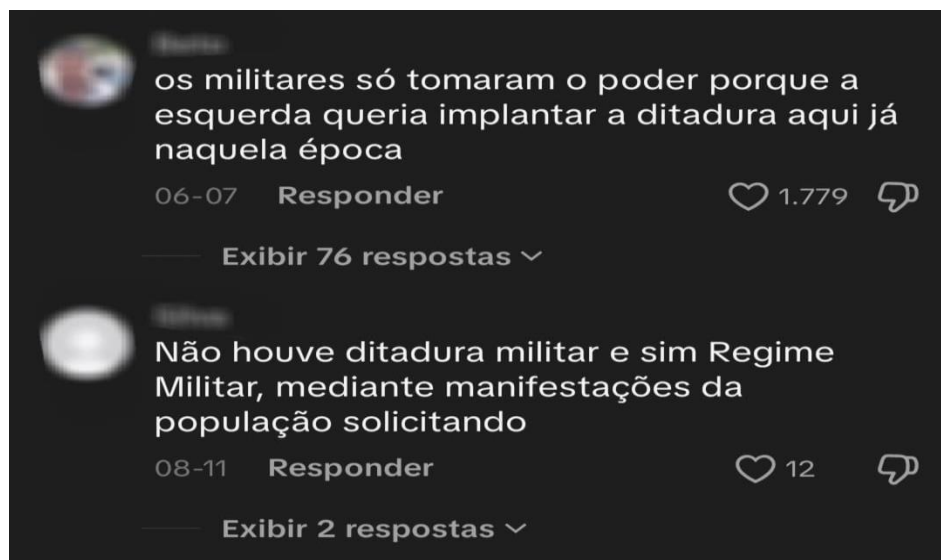
Também é comum criar um sentimento de grupo, como se o público fosse parte de uma comunidade de “vê a verdade” enquanto os outros estão enganados. Frases de efeito reforçam isso. Relatos pessoais aparecem muito, pois histórias pessoais soam mais verdadeiras que dados técnicos. Vejamos alguns exemplos:

Figura 1 – Comentário 1



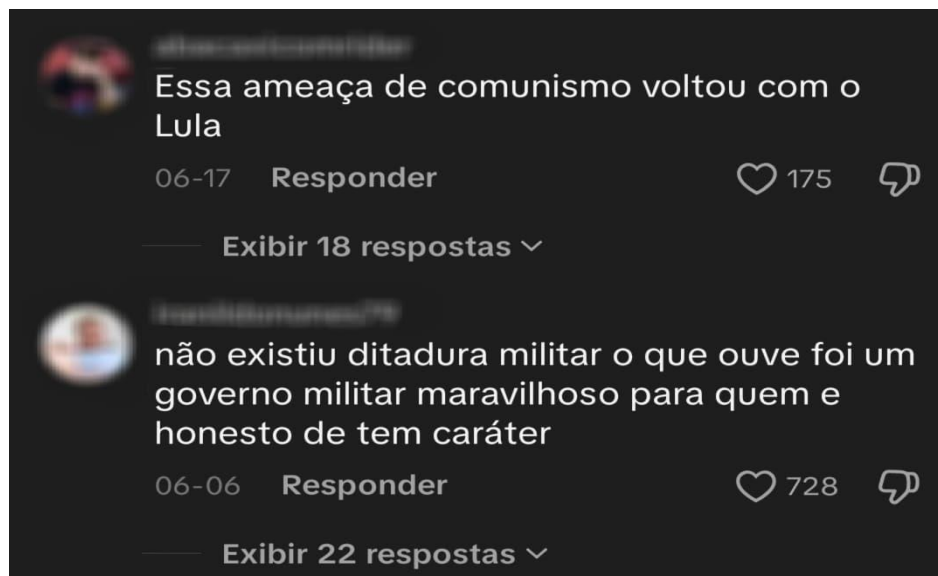
Fonte: Página do TikTok

Figura 2 – Comentário 2



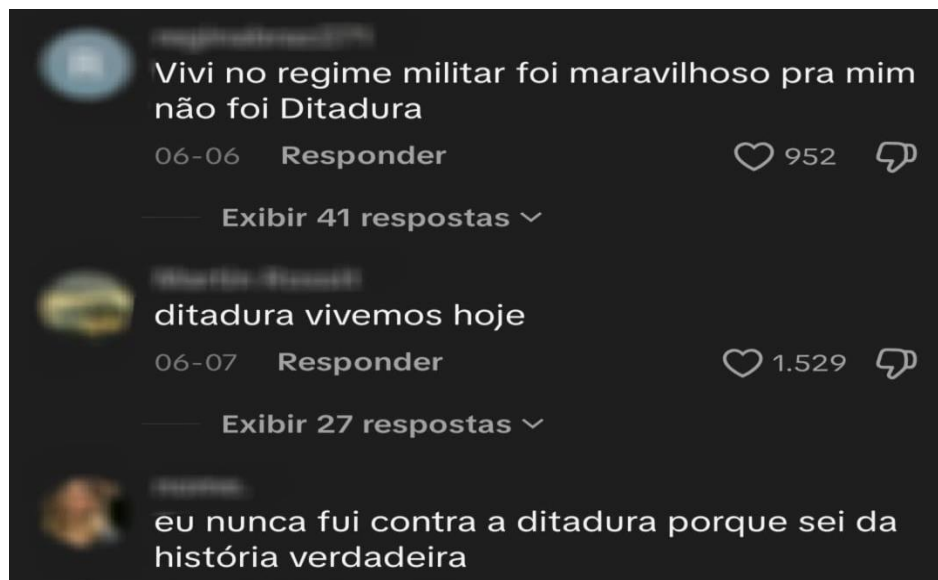
Fonte: Página do TikTok

Figura 3 – Comentário 3



Fonte: Página do TikTok

Figura 4 – Comentário 4

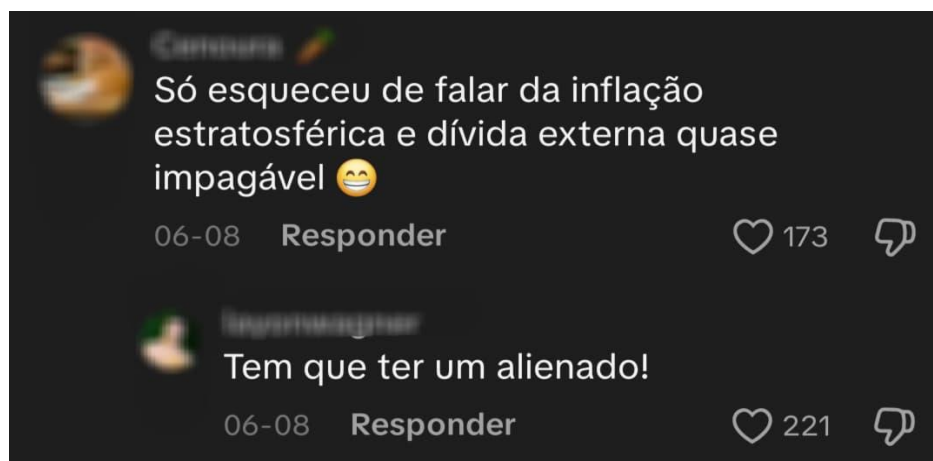


Fonte: Página do TikTok

Mesmo com tanta desinformação circulando, ainda temos pessoas tentando trazer um pouco de luz. Um usuário, por exemplo, comenta que o criador do vídeo “só esqueceu de falar da inflação estratosférica e da dívida externa quase impagável”, lembrando pontos importantes que quase

nunca aparecem nesses discursos. Mas logo em seguida ele é atacado com um “tem que ter um alienado!”, como se questionar fosse um erro.

Figura 5 – Comentário



Fonte: Página do TikTok

Esse tipo de resposta mostra como qualquer tentativa de corrigir a narrativa é recebida com hostilidade. Em vez de debater, parte dos usuários prefere atacar quem discorda, reforçando ainda mais o ambiente de desinformação. Isso cria uma bolha onde críticas são tratadas como ameaça e onde dados reais perdem espaço para frases prontas e certezas vazias.

Os comentários do vídeo mostram como muitos usuários reproduzem essas narrativas sem questionar. Vários dizem que “nunca viram os avós reclamarem do governo militar”, como se experiências individuais fossem prova histórica. Outros afirmam que “no regime militar só era ruim para quem fazia baderna”, repetindo a ideia de que qualquer oposição era crime. Há também quem diga que “os militares só tomaram o poder porque a esquerda queria implantar uma ditadura”, reforçando o mesmo discurso sem apresentar fatos. Alguns ainda alegam que “ditadura vivemos hoje”, tentando relativizar um período marcado por censura, tortura e suspensão de direitos. Esses comentários revelam como a desinformação ganha força quando aparece em vídeos rápidos e seguros de si. As pessoas repetem frases prontas, tratam memória familiar como se fosse documento histórico e usam opiniões como prova. O resultado é um espaço cheio de certezas frágeis, mas ditas com convicção, que reforçam visões distorcidas e emocionais sobre a Ditadura Militar.

Seguindo a análise do vídeo com 02min 58s, afirma que o ensino escolar e universitário apresentam uma visão enviesada sobre o período da ditadura militar. Diz que, sem os militares,

o Brasil não teria tido expansão das universidades federais, ensino médio técnico gratuito, grandes obras de infraestrutura, industrialização pesada, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), merenda e fardamento escolar. O autor do vídeo argumenta que os militares intervieram porque o Brasil estaria sob ameaça comunista. Segundo ele, a União Soviética financiava guerrilhas e ações armadas no país, enquanto presidentes como Jânio Quadros e João Goulart abriram caminho para influências marxistas e um modelo sindical inspirado em Cuba.

O vídeo afirma que a intervenção militar impediu o Brasil de “virar uma nova Cuba” e destaca obras e iniciativas do regime, como a criação de estatais (Embratel, Telebrás, Embrapa), expansão do ensino técnico, construção de hidrelétricas, estradas e pontes, crescimento da indústria e criação do FGTS e novas universidades. O autor diz que esses feitos seriam “escondidos” pela educação brasileira por motivos ideológicos, defendendo que existe uma disputa cultural pela narrativa histórica no país.

O vídeo passa a ideia de que o período militar foi quase uma “salvação” do Brasil. Só que isso é uma visão bem recortada e cheia de exageros. Primeiro, ele mistura coisas verdadeiras com informações distorcidas, criando a impressão de que todo o avanço brasileiro que existe hoje só aconteceu por causa dos militares. Veremos que não é bem assim.

Sobre as universidades e o ensino técnico, houve expansão, sim, mas isso já vinha de antes e continuou depois. Não foi um “presente militar”. Além disso, essa expansão aconteceu enquanto o regime perseguia professores, censurava pesquisas e tirava a autonomia das universidades. Ou seja, crescer cresceu, mas com custo alto para a liberdade acadêmica. As autoras Marisa Bittar e Mariluce Bittar no artigo “História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade” (2012) analisam como o regime militar transformou a escola pública brasileira entre 1964 e 1985. Segundo as autoras a ditadura promoveu grande expansão escolar, um fato que parece contraditório num governo autoritário. No entanto, essa ampliação respondia às exigências do modelo econômico adotado pelos militares. O projeto de modernização industrial exigia um nível básico de escolarização para formar a força de trabalho que sustentaria o ideal de “Brasil potência”. Por isso, o número de escolas aumentou, mas a qualidade não acompanhou o crescimento. Houve queda do nível intelectual do ensino, apesar do acesso maior das camadas populares. Para as autoras, essa entrada das classes populares, por si só, já representou um avanço qualitativo, pois antes a “boa qualidade” era sustentada pela exclusão.

Entretanto, a expansão quantitativa não veio aliada a uma escola cujo padrão intelectual fosse aceitável. Pelo contrário: a expansão se fez acompanhada pelo rebaixamento da qualidade de ensino, segundo a maioria dos estudiosos. É imperioso constatar, porém, que a expansão, em si mesma, foi um dado de qualidade, pois se qualidade e quantidade são duas categorias filosóficas que não se separam, o fato de as camadas populares adentrarem pela primeira vez em grande quantidade na escola pública brasileira constituiu-se em um dos elementos qualitativos dessa escola. Em outras palavras: se no passado a escola pública brasileira era tida como de excelente qualidade, não se pode esquecer que essa qualidade implicava na exclusão da maioria. (Bittar e Bittar, 2012, p.162)

Segundo as autoras (2012) a política educacional do regime seguiu uma lógica tecnocrática e tratou a escola como instrumento ideológico. As medidas mais marcantes foram duas grandes reformas. A Reforma Universitária de 1968 reorganizou a universidade com inspiração no modelo norte-americano, estabelecendo departamentos, matrícula por créditos e o fim da cátedra. Ao mesmo tempo, fortaleceu o controle político sobre estudantes, professores e intelectuais. Essa reforma também facilitou a expansão do ensino superior privado e acelerou a formação de uma nova categoria de professores, formada em larga escala e marcada por condições de trabalho precárias, o que depois impulsionou a criação de sindicatos docentes.

A segunda grande mudança foi a Reforma do ensino de 1º e 2º graus, formalizada pela Lei 5.692/1971. Ela unificou o antigo primário e o ginásio em oito anos obrigatórios e transformou o ensino médio em um curso profissionalizante, com o objetivo de reduzir a pressão por vagas no ensino superior. No ensino fundamental, a expansão física das escolas foi enorme, mas essas escolas eram voltadas às crianças das classes populares, com infraestrutura precária, carga horária reduzida, baixos salários docentes e presença de disciplinas doutrinárias, como Educação Moral e Cívica. As áreas de Língua Portuguesa, História, Geografia e Artes perderam espaço e importância.

As autoras (2012) afirmam que os números mostram o impacto dessa expansão, enquanto em 1950 apenas cerca de um terço das crianças de 7 a 14 anos estava na escola, no final dos anos 1980 o ensino fundamental público ultrapassava 27 milhões de matrículas. Mesmo assim, problemas estruturais persistiram, como o analfabetismo adulto. A ditadura interrompeu o método de alfabetização de Paulo Freire e investiu em programas caros e pouco eficazes, como o Mobral, deixando um passivo que os governos seguintes também não resolveram.

Os dados indicam que o método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire foi interrompido pela ditadura, que instituiu caríssimas campanhas de

alfabetização, dentre as quais a do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), um verdadeiro fracasso. O pior, porém, foi o fato de que os governos que sucederam a ditadura também não resolveram esse problema. Além disso, por não ter cumprido a universalização da escola básica, tarefa realizada pela maioria dos países ocidentais na passagem do século XIX para o XX, o Brasil ingressou no século XXI com essa vergonhosa herança. (Bittar e Bittar, 2012, p. 163)

O período militar também coincidiu com o fortalecimento da pesquisa científica no país, com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp no início dos anos 1960 e, posteriormente, de outras fundações estaduais de amparo à pesquisa. A pós-graduação *stricto sensu* se expandiu e entidades científicas como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs se tornaram importantes espaços de resistência e debate, contribuindo para a redemocratização na década de 1980. Como fazer entender que o período militar, marcado por censura e controle político, também tenha sido um momento de fortalecimento da pesquisa científica e expansão da pós-graduação no Brasil? De que modo instituições como a Fapesp, a SBPC, a Anped e a Anpocs conseguiram atuar como espaços de resistência intelectual em meio ao autoritarismo, e até que ponto essa atuação influenciou o processo de redemocratização na década de 1980? Com a Constituinte e a Constituição de 1988, a educação passou a ser tratada como direito público subjetivo, e o ensino fundamental tornou-se obrigatório e gratuito. Esse marco abriu caminho para novas políticas e mudanças estruturais na escola pública brasileira.

No final da década de 80, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, após intenso processo de discussão e organização dos mais variados segmentos da sociedade política e da sociedade civil, o Brasil promulgou a sua nova Constituição (1988). Denominada de ‘Constituição Cidadã’, a nova Carta Magna brasileira define em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ‘ensino fundamental obrigatório e gratuito’, considerado ‘direito público subjetivo’. A efetivação desse direito, um avanço em termos de políticas públicas educacionais, proporcionou mudanças importantes na educação pública brasileira, a seguir analisadas. (Bittar e Bittar, 2012, p. 164)

Por sua vez o vídeo, referenciado aqui na página 60, também fala como se o Brasil estivesse prestes a virar uma “nova Cuba”. Isso não é verdade historicamente. Não existia um plano real de tomada comunista do país. A União Soviética não financiava grandes guerrilhas antes do golpe. Os movimentos armados que existiram depois foram resposta ao golpe, não causa dele. Jânio não era comunista e a condecoração ao Che Guevara, feita por Jânio Quadros, foi parte

da política externa independente, não apoio ao comunismo. E João Goulart não queria implantar uma República sindicalista; ele defendia reformas sociais (reforma agrária, reforma urbana, reforma fiscal), propostas que existiam em vários países capitalistas.

Como mostra o autor Elio Gaspari no seu livro “A Ditadura Envergonhada” (2002) apesar de todo o discurso do governo militar sobre uma grande ameaça comunista, a realidade era bem diferente. Golbery, que chefiava o serviço de informações, até identificava movimentações de grupos de esquerda ligados a Cuba e China, mas ele mesmo não acreditava que essas ações tinham força para virar algo grande. Para ele, eram grupos desorganizados, sem capacidade material, e que no máximo faziam ações pequenas para chamar atenção.

A charada cubana começava a juntar peças em outras cabeças. Na de Golbery, por exemplo. Em fevereiro de 1967 ele entregou a Castello um relatório em que detectava articulações guerrilheiras de grupos esquerdistas, apontava a conexão desses grupos com “elementos asilados no Uruguai” e advertia que “as ligações [...] com centros de subversão no exterior (China e Cuba em particular) são sabidas e vêm sendo positivadas, inclusive pela viagem de elementos vários para adestramento em cursos de formação de ativistas, sabotadores e guerrilheiros” O chefe do SNI, que desprezara em 1965 as “correrias em faixas fronteiriças” também dava pouca importância aos riscos da guerrilha. Duvidava da capacidade material de organização da esquerda para grandes lances, “com exceção talvez de tentativas isoladas, a priori destinadas a fracasso e visando antes a um efeito meramente psicológico e promocional que a objetivos concretos de qualquer significação apreciável”. Em novembro, quando os guerrilheiros tinham começado a subir a serra, a seção de informações do I Exército já os farejara na região, valendo-se de indícios recolhidos no Rio de Janeiro. (Gaspari, 2002, p. 95)<sup>16</sup>

A guerrilha de Caparaó é o melhor exemplo disso. Ela foi mal planejada, mal executada e acabou rápido, praticamente sem resistência. Os guerrilheiros cometiam erros básicos, não se misturavam com a população da região e tinham dificuldades até para cozinhar e sobreviver na serra. O governo, no entanto, aproveitou esse episódio como propaganda, para alimentar a ideia de que existia uma ameaça real de guerrilha no país. No fim das contas, Caparaó foi mais útil para o regime do que para os próprios guerrilheiros.

A maneira como foi montada e a facilidade com que foi desmontada a guerrilha de Caparaó indicam que ela tenha sido, para Brizola, mais uma esperança de propaganda [...] No final, a aventura serviu muito mais à propaganda do governo, usada para assustar a opinião pública com uma guerrilha de verdade. Nela, ao contrário do que sucedera com Cardim e seu

---

<sup>16</sup> Golbery do Couto e Silva era chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e monitorava grupos de esquerda. Leonel Brizola tentou organizar guerrilhas no Brasil, com apoio de Cuba, mas fracassou. Ernesto “Che” Guevara liderava guerrilhas na Bolívia e foi capturado em 1967. Outros líderes da esquerda brasileira, como Juscelino Kubitschek, João Goulart, Miguel Arraes e Francisco Julião, estavam no exílio ou isolados, reorganizando-se após derrotas militares e políticas.

caminhão, havia acampamentos e florestas. Propaganda à parte, para seus reais perseguidores, a guerrilha de Brizola era um gato de papel. (Gaspari, 2002, p. 96)

Enquanto isso, em outros países da América Latina, o cenário também desabava. Che Guevara, tentando repetir o modelo cubano na Bolívia, acabou cercado, capturado e morto em 1967. A morte dele e o fracasso de Caparaó praticamente acabaram com o sonho de que pequenas guerrilhas poderiam iniciar grandes revoluções no continente.

A execução de Guevara e a derrota fulminante de Caparaó abalaram o sonho da chama votiva da guerrilha invencível com a qual um destacamento de bravos embrenhado na selva poderia iniciar uma avalanche que, levando consigo a esquerda e os camponeses, soterraria os liberais e as cidades. A marota liderança de Brizola, montada sobre insurreições impossíveis e guerrilhas ambíguas, esfumou-se. Com ela terminou também a liderança esquerdista do último notável do regime de posto em 1964. (Gaspari, 2002, p. 97)

Gaspari (2002) ressalta que com tudo isso, a velha liderança da esquerda brasileira ficou enfraquecida. Brizola ainda tentava manter influência usando sua ligação com Cuba, mas sua estratégia já não tinha futuro. Jango, Juscelino Kubitschek - JK e Arraes estavam fora do país, cada um perdido em suas próprias manobras políticas. O Partido Comunista Brasileiro - PCB tentava sobreviver como podia. Era o fim de uma era para a esquerda brasileira. Depois desse momento, tanto a esquerda quanto a direita teriam que se reinventar, porque o cenário político estava mudando completamente.

Como vimos, Gaspari (2002) nos ajuda a entender que apesar do discurso de ameaça comunista, as evidências mostram que a esquerda brasileira não tinha capacidade material para uma insurreição real. As guerrilhas, como a de Caparaó organizada por Brizola, foram facilmente desfeitas, sem combate significativo, e não conseguiram apoio da população local. Líderes da esquerda estavam no exílio ou isolados, enquanto tentativas de ações armadas inspiradas em Cuba ou no Che Guevara fracassavam rapidamente. Mesmo os grupos mais ativos recebiam apoio limitado do exterior e muitas vezes o utilizavam mais para propaganda do que para fins militares. Diante disso, era praticamente impossível que houvesse uma ameaça concreta capaz de desestabilizar o governo brasileiro na década de 1960.

O regime realmente construiu muita coisa, mas também deixou uma dívida externa gigantesca, inflação alta e uma crise que estourou nos anos 80. Muita obra foi mal planejada, cara ou nunca terminada, como a Transamazônica e a hidrelétrica de Balbina, que até hoje é criticada como desastre ambiental e energético. E boa parte da industrialização já estava em andamento desde os anos 50, com Juscelino Kubitschek, com muito mais impacto do que os governos militares.

Outra política de grande alcance foi a alavancagem da construção civil. Este setor é o maior empregador de mão-de-obra de baixa qualificação profissional, e divide-se em dois ramos, o da construção residencial e o da construção pesada. O primeiro continuou a ser alimentado pelo Banco Nacional da Habitação, como os recursos das cadernetas de poupança indexadas e, sobretudo, com a poupança compulsória reunida no FGTS. Assim foi possível financiar não apenas o construtor civil mas também o comprador do imóvel; enquanto durou, o BNH foi o mais importante instrumento de política que este país já conheceu capaz de enfrentar a demanda por moradias. Por outro lado, o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infra-estrutura. (Prado e Earp, 2007, p. 225)

Por sua vez, O FGTS não nasceu para beneficiar o trabalhador. Na prática, ele foi criado para facilitar a vida das empresas e do próprio governo durante a Ditadura Militar. Antes, o trabalhador que era demitido recebia uma indenização direta, que podia sair cara para o empregador. Com o FGTS, o governo trocou essa indenização por depósitos mensais que davam às empresas mais liberdade para contratar e demitir sem pagar tanto no fim. Além disso, o dinheiro do fundo não ficava realmente nas mãos do trabalhador. Era controlado pelo governo, que usava esses recursos como uma poupança compulsória para financiar projetos públicos, como o Plano Nacional de Habitação. Ao mesmo tempo, as mudanças na legislação buscavam reduzir a força dos sindicatos e evitar greves, já que o regime queria “despolitizar” as relações de trabalho. No fim, o FGTS serviu muito mais como uma ferramenta econômica do governo militar para controlar custos, aumentar investimentos e enfraquecer a organização dos trabalhadores do que como um benefício pensado para proteger o empregado.

Finalmente pretendia-se criar um mecanismo de reajuste dos salários que não mais gerasse pressões inflacionárias. Isto implicaria “despolitizar” as negociações salariais, adotando uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição das perdas com a inflação e na incorporação aos salários do aumento da produtividade da economia. Além disso, pretendia-se aumentar a flexibilidade da contratação e demissão da mão-de-obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que teria como virtude adicional ser uma fonte de poupança compulsória. Para completar a reforma das relações de trabalho, foi preciso intervir nos sindicatos mais ativos para evitar a eclosão de movimentos grevistas. O FGTS (criado pela Lei nº 5.172/66) é um mecanismo

em que o empregador deposita, em nome do empregado, uma porcentagem de remuneração paga para a formação de um fundo que pode ser usado em caso de dispensa sem justa causa ou por ocasião da aposentadoria. Como a remuneração desse fundo e o destino de suas aplicações são controlados pelo governo, este funciona na prática como uma poupança privada forçada. Por outro lado, a criação das cadernetas de poupança permitiu que amplos setores da classe média aplicassem suas poupanças como garantias do governo e taxas de juros reais positivas. Os novos mecanismos de poupança forneceram recursos para a viabilização de programas como o Plano Nacional de Habitação, executada pelo Banco Nacional de Habitação. (Prado e Earp, 2007, p. 215 - 216)

Podemos perceber que o chamado “milagre econômico” não foi algo mágico ou espontâneo. Ele aconteceu porque o Brasil viveu uma coincidência de fatores, no exterior, o cenário internacional era favorável, com mais crédito e espaço para investimentos, internamente, as reformas feitas no governo militar, tinham preparado a economia para crescer rápido. Só que esse crescimento veio com um custo. O regime militar queria números altos, obras grandiosas e uma imagem de país em ascensão, mas não tinha qualquer compromisso real com melhorar a vida da maioria. Questões como desigualdade, salários baixos ou falta de acesso a serviços básicos simplesmente não entravam na lista de preocupações do governo. Isso só mudava quando o descontentamento popular ameaçava a estabilidade do regime. Então, apesar da propaganda oficial, o milagre econômico foi um período de forte crescimento que ignorou o bem-estar da população e reforçou ainda mais a concentração de renda. Era crescimento para manter o regime forte, não para criar uma sociedade mais justa.

O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. [...] Por outro lado, esta necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime. (Prado e Earp, 2007, p. 234)

Outro exemplo comum de revisionismo pode ser encontrado em postagens sobre a escravidão. Algumas postagens tentam minimizar o impacto do sistema escravocrata no Brasil, dizendo que “os negros também venderam negros” ou que “a escravidão existia em todo lugar”. Essas falas desconsideram séculos de exploração, violência e desigualdade que marcaram profundamente a formação do país. Mesmo sem base histórica, essas ideias se espalham e são reproduzidas como se fossem verdades.

As falas do então candidato à Presidência pelo Partido Liberal (PL), Jair Bolsonaro, sobre cotas e racismo, feitas em 30/07/2018 durante o programa Roda Viva da TV Cultura, exemplificam essa falta de base. Em um momento da entrevista, Bolsonaro afirmou ser a favor de diminuir o percentual de cotas para pessoas negras nas universidades públicas. Ele também negou que o Brasil tenha qualquer dívida histórica com a população negra devido aos quase quatrocentos anos de escravidão. Além disso, declarou que os próprios africanos seriam responsáveis por entregar pessoas escravizadas aos portugueses, dizendo: “O português nem chegava a entrar na África. Eram os próprios negros que entregavam os escravos.”

Aqui não estamos falando de uma pessoa aleatória dando sua mera opinião na internet. Não é um post perdido em rede social, nem alguém mal informado repetindo uma interpretação errada. O que vimos foi o candidato que depois se tornaria presidente do Brasil, em TV aberta, dizendo tais atrocidades como se fossem fatos absolutos.

Isso precisa ser dito com clareza. Quando alguém nesse nível de influência fala que o país não possui uma dívida histórica com a população negra, ou que “os próprios negros entregavam escravos”, ele não está só dando uma mera opinião. Ele reforça discursos racistas, desresponsabiliza séculos de violência e ainda tenta reescrever a história diante de milhões de pessoas, é grave, é perigoso, e não pode ser tratado como algo normal. Quando uma figura pública desse tamanho repete falas distorcidas e ofensivas, ela legitima preconceitos e enfraquece lutas antigas por direitos. Por isso é importante denunciar, registrar e deixar claro, não foi um erro isolado, nem um comentário casual. Foi um ataque direto à memória, à dignidade e à luta da população negra. Vejamos, portanto, como se deu o “processo de roedura” do continente africano iniciado por volta de 1430 com a entrada portuguesa na África” (Hernandez. 2005. p. 45).

Leila Leite Hernandez (2005) explica o processo de “roedura” da África mostrando como ele começou bem antes da famosa Conferência de Berlim<sup>17</sup> (1884 a 1885), que só consolidou a partilha do continente no final do século XIX. Para ela, a história desse avanço europeu começa lá pelo século XV, quando os portugueses começaram a explorar a costa africana. No início, a

---

<sup>17</sup> A Conferência de Berlim, realizada de 1884 a 1885, foi uma reunião das principais potências europeias para definir regras de ocupação e partilha do continente africano. Ela estabeleceu fronteiras artificiais, ignorou povos locais e legitimou a expansão imperialista. Foi um marco do neocolonialismo e acelerou a dominação desastrosa sobre a África.

motivação era bem prática, garantir cereais e alimentos para o reino, mas logo os metais preciosos, o ouro e as especiarias chamaram mais atenção.

Esses exploradores portugueses, financiados pelo rei, queriam encontrar um caminho marítimo para as Índias, porque o acesso por terra estava bloqueado pelos turcos otomanos. Contornando a costa, eles foram chegando a lugares como o Cabo Bojador, registrando comércio com ouro e pessoas escravizadas, e avançando cada vez mais para o interior.

Hernandez (2005) mostra que esse movimento inicial dos portugueses foi só o começo de um processo muito maior de exploração e domínio europeu, que se estendeu por séculos e que acabou moldando as fronteiras e a história do continente africano até os dias de hoje. O ponto principal é que a “roedura” da África não começou com a Conferência de Berlim, mas foi um processo gradual, que começou com pequenas expedições comerciais e exploratórias e que, ao longo do tempo, foi abrindo caminho para o controle europeu mais amplo.

Nesse sentido, a conferência é o grande marco na expansão do processo de “roedura” do continente iniciado por volta de 1430 com a entrada portuguesa na África.

Impelidos, a princípio, pela necessidade de trigo e outros cereais para abastecimento do reino e, a seguir, pelos ganhos com metais preciosos e especiarias, a meta dos “viajantes-exploradores” financiadas pelo rei de Portugal era alcançar as Índias por via marítima, uma vez que o acesso por terra, de Tânger até a região de Safim, lhes fora impedido pelos turcos otomanos até a batalha de Lepanto, em 1571. Contornando a costa ocidental da África atingiram o Cabo Bojador (1434) havendo registros, como o de Gomes Eanes Zurara, na sua Crônica da Guiné, referentes a uma atividade comercial composta pela aquisição de negros tornados cativos e de ouro dos muçulmanos. (Hernandez, 2005, p. 45).

A escravidão, como lembra o texto de Félix (2023), é um fato presente em várias civilizações humanas. Precisamos, portanto, entendê-la dentro dos seus contextos, reconhecendo que cada sociedade construiu formas próprias de dominar, explorar e submeter outras pessoas. Por isso, quando falamos em escravidão, não estamos tratando de um modelo único, estamos falando de práticas diferentes, com sentidos e impactos distintos.

No caso africano, especialmente no período pré-colonial, a escravidão tinha características muito diferentes daquela que seria implantada pelos europeus no Atlântico. Mariana Félix (2023) mostra que, nas sociedades africanas, a escravidão não funcionava como um sistema voltado essencialmente para o lucro ou para a exploração econômica em larga escala. Ela fazia

parte da organização social e política interna. Pessoas podiam cair na escravidão por dívidas, punição por crimes ou como resultado de conflitos entre grupos. Ainda assim, essas pessoas eram integradas de alguma forma à comunidade que as dominava, passando a fazer parte da linhagem do grupo, mesmo em posição subordinada.

É nesse ponto que entra a ideia de “escravidão doméstica” ou “escravidão de parentesco”. A lógica era voltada para reforçar o poder da linhagem e ampliar a influência política dos mais velhos, que controlavam a produção e a distribuição dos recursos. A gerontocracia, a idade, o sexo e o parentesco tinham peso central. Mulheres, por exemplo, eram muito valorizadas porque garantiam a continuidade da linhagem e desempenhavam papéis fundamentais na agricultura. Dessa forma, embora o escravizado realizasse várias tarefas, a motivação principal para mantê-lo nessa condição era política e social, não econômica.

O texto de Félix (2023) também destaca que, apesar de existirem relações de subordinação e perda de liberdade, a escravidão africana pré-colonial não tinha o mesmo caráter desumanizante que marcaria o sistema europeu. A pessoa escravizada ainda era reconhecida como parte da sociedade e podia, em certos casos, ascender ou mudar de status. A condição de “coisa”, de propriedade absoluta e permanente, só se consolidaria com a chegada dos europeus e a formação do mercado atlântico de escravos.

Quando o tráfico transatlântico se estabelece, essa lógica muda radicalmente. O sistema europeu passa a transformar o escravizado em mercadoria, rompendo por completo laços de parentesco e humanidade, reduzindo a pessoa ao valor do seu corpo e do seu trabalho. A escravidão moderna cria uma hierarquia racial, despersonaliza o indivíduo e aprofunda a violência física e simbólica. Essa ruptura é central no argumento de Mariana Félix, o que havia na África antes dos europeus era uma prática com suas contradições e violências, mas que não tinha como motor a exploração econômica de massa nem o racismo científico que se formaria depois.

Assim, a autora constrói um paralelo importante. A escravidão africana pré-colonial era parte do tecido social, ligada ao poder, ao parentesco e às estruturas internas. Já a escravidão implantada pelos europeus transformou pessoas em mercadorias e expandiu o sistema para além de qualquer lógica anterior, criando uma máquina econômica e racial que redefiniu o continente africano e o mundo atlântico.

Felix (2023) mostra que a escravidão na África muda profundamente quando os portugueses passam a atuar com força no Atlântico. Antes disso, havia formas de escravidão dentro das

sociedades africanas, mas elas seguiam outra lógica: eram ligadas a dívidas, punições ou guerras, e estavam inseridas em estruturas de parentesco. Apesar de duras, não tinham como objetivo principal a exploração econômica em larga escala, nem desumanizavam completamente a pessoa escravizada.

Quando os portugueses chegaram e entenderam como funcionavam as trocas locais, eles começaram a usar esse sistema a favor da economia europeia. A autora deixa claro que eles não criam a escravidão africana, mas a transformam. A lógica muda, sai o sentido interno de parentesco e entra o interesse comercial, baseado no lucro. É nesse ponto que nasce a escravidão moderna, marcada pelo tráfico de pessoas e pela expansão do capitalismo nascente. Com a interferência europeia, especialmente portuguesa, a escravidão ganha duas características centrais:

1. Prática totalmente pautada numa visão economicista, onde o escravizado vira mercadoria, algo que pode ser comprado, vendido e trocado como qualquer produto.
2. Racialização, o africano passa a ser visto como “naturalmente” inferior, justificando a violência extrema e o sequestro de milhões de pessoas.

Felix (2023) ainda destaca que os portugueses, junto com outros europeus, reorganizaram as relações locais. Eles intensificaram rivalidades, estimularam guerras e criaram novas disputas para aumentar a oferta de cativos. Assim, a escravidão deixa de ser um elemento dentro das sociedades africanas e vira um mecanismo global, movido pela demanda dos mercados europeus e pela construção do sistema colonial.

Ela também critica interpretações que tentam colocar os africanos como responsáveis pela expansão do comércio de escravizados, mostrando que essa visão ignora o peso da violência, da imposição econômica e do poder militar europeu. A escravidão moderna não foi uma simples “continuação” do que já existia; foi uma ruptura, baseada na desumanização total, no racismo e na exploração em larga escala. Foi isso que destruiu estruturas sociais, enfraqueceu reinos e colocou o continente africano em uma posição de vulnerabilidade que ecoa até hoje. Para a autora, a interferência portuguesa não só intensificou a escravidão, ela reconfigurou todo o sistema, tornando-o mais cruel, mais lucrativo e totalmente alinhado aos interesses europeus. A partir daí, a escravidão passa a ser um pilar central do capitalismo e uma das causas estruturais da desigualdade racial contemporânea.

Por sua vez, utilizo as contribuições de Murilo Cleto (2021) para discutir como a *Brasil Paralelo* apresenta a escravidão em seus conteúdos, especialmente na série *Brasil: A Última Cruzada* (2017). A análise do autor ajuda a mostrar que a produtora trata o tema de forma reduzida, superficial e muitas vezes distorcida, adotando estratégias que minimizam o papel central da escravidão na história do Brasil.

Em linhas gerais, é possível dizer que a série trata a colonização a partir de uma perspectiva eurocêntrica e, sobretudo, lusófona. Nos raros momentos em que fontes históricas aparecem, elas são de narradores portugueses e sem nenhum tipo de escrutínio. O episódio 2 – *A Vila Rica* –, por exemplo, descreve uma série de características incivilizadas atribuídas aos povos indígenas a partir de relatos de padres jesuítas apresentados pelo professor Thomas Giulliano Ferreira Santos. Como conclusão inescapável, a experiência colonial teria operado como uma espécie de banho de progresso para os colonizados: “A música desses índios aqui tem quatro notas, meu deus. Vamos ensinar aqui uma escala de doze notas”, emula um catequista da época o ideólogo Olavo de Carvalho. “Então eles pegam comunidades aqui indígenas no Brasil”, prossegue agora em tom professoral, “e levam do paleolítico ao barroco em 20 anos”. (Cleto, 2021, p. 1 – 2)

A partir dessa análise, buscaremos destacar como a narrativa construída pela *Brasil Paralelo* se afasta das pesquisas históricas e acaba reforçando visões ideológicas que suavizam a violência e a estrutura do sistema escravista. Com isso, a discussão se torna importante para entender como certas versões do passado são usadas hoje para moldar percepções e discursos sobre a história brasileira.

O segundo vídeo da série *A Última Cruzada* começa com um tom abertamente mobilizador, quase como um chamado emocional. A abertura diz:

Durante décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia, eles nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso. Que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis aos jovens que hoje estão perdidos e sem qualquer orientação. Nossa resposta está sendo imediata. Estamos distribuindo o antídoto em todos os cantos do país e a todos os brasileiros. Nossos documentários são produzidos para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa.

Esse início mostra de antemão a linha da série, criar a sensação de que existe um inimigo invisível que “destruiu o patriotismo” e que a *Brasil Paralelo* seria a única responsável por recuperar a verdadeira identidade nacional. Mas ao olhar para o que eles chamam de patriotismo, fica claro que a proposta é, na prática, reforçar uma visão que coloca Portugal como o grande responsável pelo que o Brasil se tornou. É como se a história brasileira fosse resultado

direto do “bom trabalho” dos colonizadores, ignorando séculos de exploração, violência, escravidão, destruição, natural, cultural e desigualdades que se formaram justamente durante o domínio português.

A série apaga os conflitos, suaviza as tensões e transforma a presença portuguesa em uma espécie de missão civilizatória. Só que patriotismo não pode ser uma celebração cega do colonizador. Não faz sentido defender um “orgulho nacional” baseado em uma narrativa que coloca o Brasil como herança positiva da colonização, quando essa mesma colonização se sustentou por séculos de trabalho forçado, tráfico de pessoas e violências contínuas.

E aqui, vale lembrar que sem Angola não há Brasil, (Alencastro, 2013) Essa observação desmonta a fantasia de que o país nasceu apenas da ação portuguesa. O Brasil foi construído pelo braço, pela cultura, pela força e pelo sofrimento de milhões de africanos arrancados de suas terras. Sem reconhecer essa história, qualquer discurso de patriotismo vira propaganda vazia. O texto de Luiz Felipe de Alencastro (2013) mostra algo fundamental para entender a história do Brasil, o país não se formou apenas pela ação de Portugal, muito menos por um processo “civilizatório” harmonioso. O que ele demonstra é que Brasil e Angola fizeram parte de um mesmo sistema colonial, ligado pelo tráfico negreiro. Enquanto aqui se desenvolvia uma economia baseada no trabalho escravo, em Angola existiam as redes que alimentavam essa mão de obra. Os dois lados dependiam um do outro. Sem os portos angolanos funcionando, os engenhos brasileiros paravam. Sem o comércio de cativos, toda a economia colonial do Brasil colapsava. Toda vez que Angola era tomada ou bloqueada, o Brasil entrava em crise. É nesse sentido que Alencastro (2013) afirma: “sem Angola não há Brasil”.

O autor também esclarece que o ciclo central da nossa história colonial não é o ciclo do açúcar, do ouro ou do café, é o ciclo do tráfico negreiro, que durou três séculos e sustentou todos os outros. O Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000) afirma que “No continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro.”<sup>18</sup>

O Brasil cresceu às custas da destruição de Angola, da captura de milhões de africanos e da violência sistemática que estruturou toda a sociedade colonial. As classes dominantes

---

<sup>18</sup> Disponível em <https://share.google/vceVcMXT7v8dWx06m>

brasileiras foram moldadas nesse ambiente de exploração, desumanização e ausência de responsabilidade social. Isso não é um detalhe, é o coração da nossa formação.

Nenhuma região escravista das Américas teve na África um peso similar ao do Brasil. A intervenção brasileira em Angola, como também no Golfo da Guiné, sobretudo no antigo reino do Daomé, só declina após 1850, com o fim do tráfico negreiro no Atlântico Sul. Concretamente, o ciclo mais longo da economia brasileira é o ciclo negreiro, que vai de 1550 a 1850. Todos os outros – do açúcar, do tabaco, do ouro e do café – são, na realidade, subciclos dependentes do ciclo negreiro. Neste sentido, pode-se dizer que a construção do Brasil se fez à custa da destruição de Angola. (Alencastro, 2013, p. 49)

E é justamente essa perspectiva que a *Brasil Paralelo* ignora por completo. Quando a série fala em “patriotismo”, ela apaga o fato de que a base da riqueza colonial não foi a virtude dos portugueses, mas um sistema brutal de exploração escravista que conectava Brasil e África. Ao criar uma narrativa de orgulho nacional baseada na ação “civilizadora” de Portugal, a produtora reescreve a história para esconder que a nossa construção dependeu do sofrimento de milhões de africanos arrancados de suas terras. A série transforma colonizadores em heróis, enquanto omite que o Brasil colonial só existiu porque o continente africano, bem como comunidades indígenas inteiras foram violentadas para mantê-lo funcionando.

A dependência do tráfico negreiro e da escravidão também deixou efeitos perversos entre nós. O fato de pilhar durante três séculos a mão de obra das aldeias africanas facilitou o extermínio das aldeias indígenas, tornadas desnecessárias, e gerou entre os senhores de engenho, os fazendeiros e o próprio governo uma brutalidade e um descompromisso social e político que até hoje caracterizam as classes dominantes brasileiras. (Alencastro, 2013, p. 49)

Essa é a grande contradição do discurso da *Brasil Paralelo*, falar em patriotismo sem reconhecer que a identidade brasileira nasceu em meio à violência do tráfico, às alianças entre elites coloniais e às redes negreiras que ligavam Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Luanda e Benguela. A série insiste em defender uma memória heroica da colonização, como se o desenvolvimento do país tivesse sido fruto da competência portuguesa. Alencastro desmonta isso completamente. O “Brasil que deu certo” só foi possível porque Angola foi saqueada. Nosso país não é resultado de um suposto legado virtuoso da metrópole, mas de um sistema colonial que funcionava como uma engrenagem dupla: Brasil e Angola se completavam, mas Angola pagou o preço mais alto.

Ao analisar o vídeo da Brasil Paralelo, fica evidente que a narrativa defendida é seletiva. O conteúdo exalta Portugal, minimaliza e silencia os povos africanos e os povos indígenas do centro da nossa formação. Mas a história documentada não permite esse apagamento. A produção historiográfica recente sinaliza que, sem a mão de obra indígena e negra, sem o tráfico, sem a África, o Brasil não existiria como nós conhecemos. E é justamente esse ponto que desmonta a narrativa romântica construída pela Brasil Paralelo.

## **CONSIDERAÇÕES**

Este trabalho teve como objetivo analisar de forma crítica o papel das plataformas digitais na disseminação de narrativas pseudocientíficas, negacionistas e revisionistas associadas ao tecnoconservadorismo, refletindo sobre os impactos desse fenômeno para a compreensão histórica no contexto da cultura digital. A pesquisa demonstrou que as redes sociais, impulsionadas pela lógica algorítmica e pela economia da atenção, favorecem a circulação de conteúdos simplificados, emocionalmente apelativos e carentes de fundamentação científica, o que contribui para a construção e o fortalecimento de versões distorcidas da História. Verificou-se que essas narrativas negacionistas e revisionistas se aproveitam das dinâmicas de viralização para reforçar discursos políticos e ideológicos, muitas vezes travestidos de liberdade de expressão ou de pretensa neutralidade informativa.

Constatou-se, ainda, que o tecnoconservadorismo atua como um elemento central nesse processo, articulando tecnologia e ideologia para consolidar bolhas informacionais e sustentar formas de poder baseadas na manipulação simbólica. O estudo evidenciou que a era da pós-verdade contribui para a desvalorização do conhecimento científico e historiográfico, tornando o debate público mais vulnerável à desinformação e à construção de identidades políticas baseadas na emoção e não em evidências. Esses resultados reforçam a importância do ensino de História como instrumento de resistência à manipulação ideológica. A formação histórica, ao promover a análise crítica de fontes, a interpretação contextualizada dos fatos e a reflexão sobre os usos políticos do passado, constitui uma ferramenta essencial para o enfrentamento das narrativas distorcidas que circulam no ambiente digital.

Como limitação, reconhece-se que esta pesquisa se baseou em uma análise bibliográfica e em um número reduzido de exemplos empíricos, o que restringe a generalização dos resultados. No entanto, essa escolha metodológica permitiu construir um panorama teórico sobre a relação

entre tecnologia, ideologia e desinformação. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo empírico, investigando comparativamente diferentes plataformas e formatos de conteúdo (como vídeos, podcasts e postagens em redes diversas), a fim de compreender com maior profundidade as estratégias de produção e disseminação da desinformação histórica.

Apesar da onda de desinformação que domina as redes sociais, a divulgação científica séria continua viva e ativa. Criadores como Átila Iamarino, Nerdologia, Parabólica, Débora Aladim, Ciência Todo Dia, Vocalizando a História e Lilia Schwarcz mostram que ainda existe conteúdo produzido com rigor, responsabilidade e compromisso com o público. Esses divulgadores apresentam conceitos de forma acessível, contextualizam informações e ajudam a combater boatos que circulam com velocidade nas plataformas digitais. O trabalho deles reforça que a internet não é apenas um espaço de manipulação, mas também um ambiente de aprendizagem, onde o conhecimento científico segue sendo uma ferramenta essencial para orientar a compreensão do mundo.

A internet, como qualquer fonte, exige leitura criteriosa. Ela amplia o acesso à informação, mas também exige que historiadores analisem de forma crítica tudo o que é ofertado ao público. O problema não está na divulgação online, mas na aceitação passiva de conteúdos sem verificação. Cabe ao historiador questionar, contextualizar e interpretar, garantindo que a circulação de informações nas redes seja acompanhada de responsabilidade e consciência histórica.

Conclui-se, portanto, que enfrentar o negacionismo e o revisionismo nas redes sociais exige o fortalecimento da educação histórica e da cultura crítica. Somente por meio do ensino, da pesquisa e da reflexão ética sobre o passado será possível combater a desinformação e promover uma sociedade mais consciente, democrática e comprometida com a verdade histórica.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **“Sem Angola não há Brasil”**. Em “História do Brasil para ocupados: os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país”. / organização Luciano Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 46 – 49.

ANDRADE, Fabiano Viana. **Ensino de história frente às tecnologias digitais: um olhar sobre a prática**. Revista História Hoje, v. 7, no 14, p. 172-195 – 2018

BARROS, José D’Assunção. **“Teorias da História” e “Filosofias da História”:** **Considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico**. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 367-400, dez. 2012

BITTAR, Marisa e BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum. Education, vol. 34, núm. 2, julho-diciembre, 2012, pp. 157-168 Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

BORGES JUNIOR, Eli. **O QUE É A PÓS-VERDADE? Elementos para uma crítica do conceito**. Braz. journal. res., - ISSN 1981-9854 - Brasília -DF - Vol. 15 - N. 3 - dezembro - 2019.

BRASIL PARALELO: **A Última Cruzada**. Produtora: Brasil Paralelo. YouTube, 20 set. 2017-09 abr. 2018. Disponível em: <<https://youtube.com/playlist?list=PL3yv1E7IiXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF>>. Acesso em: 07 nov. 2025.

BURTON, R. **Sobre ter certeza: como a neurociência explica a convicção**. São Paulo: Ed. Blucher, 2017.

BUTZEN, Gabriel Antonio. **O Conceito de “Revisionismo” na Discussão Historiográfica Brasileira Recente (2014-2024)**. AMPUH MG. 15-19. julho de 2024.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto. OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos.** *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2020, vol.26, n.1, pp.83-102. ISSN 1677-1168. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.

CLETO, Murilo. **A ESCRAVIDÃO NEGRA NA OBRA DA BRASIL PARALELO.** ANPUH- Brasil – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro/RJ, 2021.

COHEN, S. **States of denial: knowing about atrocities and suffering.** Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

**CONHEÇA a história do Vale do Silício e suas primeiras empresas!.** PSafe Blog, 2025\*. Disponível em: <<https://www.psafe.com/blog/conheca-vale-silicio/>>. Acesso em: 29 out. 2025

FARIA, Augusto Ricardo Siqueira de. **NOS DIVERTINDO ATÉ A MORTE: Como a economia da atenção influencia a cultura e as decisões econômicas individuais.** Belo Horizonte 2023.

Félix, Mariana Valença. **Escravidão na África: um paralelo entre os moldes africanos e europeus.** Revista Discente *Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 8, nº 14 | janeiro – junho de 2023 | ISSN 2527-0524

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Sally Ramos e ZAMORA, Maria Helena. “**Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas**”. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 30, e24008, 2024.

**Grupos da igreja no WhatsApp são usados para disseminar desinformação, revela pesquisa.** Agência Pública, São Paulo, 23 ago. 2021. Disponível em: <[Grupos da igreja no WhatsApp são usados para disseminar desinformação, revela pesquisa - Agência Pública](https://www.agenciapublica.org/pt-br/whatsapp-sao-usados-para-disseminar-desinformacao-revela-pesquisa)>. Acesso em: 29 out. 2025

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia.** tradução de Gabriel S. Philipson. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2022. p. 19.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://share.google/vceVcMXT7v8dWx06m>>. Acesso em: 07 de nov. 2025

MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MATIAS, Danilo Wágner de Souza et al. **Mentira: Aspectos Sociais e Neurobiológicos**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Jul-Set 2015, Vol. 31 n. 3, pp. 397-401.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NUNES, Ricardo Capiberibe. QUEIRÓS, Wellington Pereira de. **Entre A História e a Pós-Verdade: Como Lidar Com as Não Ciências Na Construção Histórica do Conhecimento Científico? Uma Reflexão a Partir do Papel da Alquimia Nos Principia de Newton**. ISSN: 2175-0742 | v. 23 | n. 41 | p. 12 - 43 | Jan. / Jun. 2021.

**O DILEMA DAS REDES**. Direção: Jeff Orlowski. Produção: Netflix. Estados Unidos, 2020. (94 min).

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **Nego Bispo: contracolonialidade e justiça climática**. [vídeo]. Local: Observatório da Branquitude. 2023. Disponível em: <[Nego Bispo – Trajetórias](#)>. Acessado em: 06, nov. 2025

OCAPRINNE. **A verdadeira história do regime militar que a esquerda esconde de você**. TikTok, 06 de jun de 2025. [vídeo curto]. Disponível em: <<https://vt.tiktok.com/ZSykA5Aqx/>>. Acesso em: 29, out. de 2025.

OXFORD LANGUAGES. **Palavra do ano 2016**. Oxford Languages. Disponível em: <[Palavra do Ano de Oxford 2016 | Idiomas Oxford](#)>. Acesso em: 25, out. de 2025.

PASSOS, Fábio Abreu dos. **O revisionismo e os perigos da mentira deliberada na perspectiva de Hannah Arendt**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 44, n. 3, p. 115-134, Jul./Set., 2021.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>.

PRADO, Luiz Carlos Delorme Prado e EARP, Fábio Sá. **“O milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973)**. In “O Brasil Republicano o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX / org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RODA Viva. **Jair Bolsonaro / 30/07/2018**. [vídeo]. Local: Produtora Roda Viva. 2018. 81 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>>. Acesso em: 27, out. 2025

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. **Revisionismo e negacionismo: controvérsias**. História, histórias, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021.

ROSA, Pablo O.; ANGELO, Vitor A.; ALMEIDA, Victor A. VIEIRA, Breno B R. **O conservadorismo fabricado por Olavo de Carvalho**. Em “Tecnoservadorismo e o Brasil Paralelo”. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. p. 46 - 54.

SILVEIRA, Chaiane Campos da. **Economia do algoritmo - a transformação do indivíduo em mercadoria no consumo digital**. São Paulo – SP 2024.

SKINNER, B. F. **Seleção por consequências**. Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn. 2007, Vol. IX, nº 1, 129-137.

TAHA, Juliana Silva Pereira, GARCIA, Marcos Roberto. **O impacto das bolhas digitais no comportamento humano**. PsicolArgum. 2024 abr./jun., 42(117), 616- 629.

THE GUARDIAN. **David Irving jailed for Holocaust denial.** Disponível em < [David Irving jailed for Holocaust denial | World news | The Guardian](#)> Acessado em 06 de nov. 2025

TOSCANO, Pedro Ivo de Paiva. **A importância das redes sociais na ascensão da direita. Um estudo explicativo: EUA e Brasil** /orientador, Luiz Alberto de Farias. - São Paulo, 2020.

TV 247. **Ailton Krenak e as ideias para adiar o fim do mundo.** [vídeo]. Produtora TV 247. 2022. Disponível em <[Ailton Krenak e as ideias para adiar o fim do mundo - YouTube](#)> Acesso em 06 de nov. 2025

VENANCIO, Renato. **O Incorreto No Guia Politicamente Incorreto Da História Do Brasil.** 2018.